

De Olisipo a Lisboa

A CASA DO HISTÓRICO



COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DOS DESCOBRIMENTOS
PORTUGUESES

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

COMISSÁRIO-GERAL

Joaquim Romero Magalhães

COORDENADOR-ADJUNTO

Joaquim Soeiro de Brito

VOGAIS DA COMISSÃO EXECUTIVA

Fernando de Jesus Fernandes

João Paulo Salvado

EXPOSIÇÃO

PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

COLABORAÇÃO

Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade

Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico

COORDENAÇÃO

Tiago C.P. dos Reis Miranda

COMISSÁRIA EXECUTIVA

Maria da Conceição Amaral

COMISSÁRIO CIENTÍFICO

Clementino Amaro

ASSESSORIA

Cristina Constantino

DESENHO

António José Cruz

CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE PEÇAS

Margarida Santos

Carlos Santos

Paula Correia

DESIGN GRÁFICO DA EXPOSIÇÃO

tvm designers (www@tvmdesigners.pt)

MONTAGEM

Fernando Branco · Luís Campos

GABINETE DE IMPRENSA

Maria Cecília Cameira

GABINETE DE DIVULGAÇÃO DE ACTIVIDADES

Nélia Moreno

APOIO DE SECRETARIADO

Alexandra Alves · Ana Arriaga · João Rafael · Mercedes Colaço

Sandra Paula Cruz

CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS

Filipa Pimenta · Moisés Campos

SEGUROS

Ocidental Seguros

TRANSPORTES

FeirExpo

C A T Á L O G O

EDIÇÃO

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Maria da Conceição Amaral
Tiago C.P. dos Reis Miranda

COMISSÁRIO CIENTÍFICO

Clementino Amaro

AUTORES DE TEXTOS

Clementino Amaro
Tiago C.P. dos Reis Miranda

CLASSIFICAÇÃO DE ESPÉCIES

Clementino Amaro
Cristina Constantino (peças n.ºs 39 a 50)
Eurico Sepúlveda (peças n.ºs 5 a 7)
Guilherme Cardoso (peça n.º 1)

DESIGN GRÁFICO

TVM Designers

DESENHO ARQUEOLÓGICO

António José Cruz
Campo Arqueológico de Mértola
Cristina Constantino
Jorge Raposo
Maria Augusta Loreto

CREDITOS FOTOGRÁFICOS

Arquivo CNCDP
Arquivo da Fundação BCP
Clementino Amaro
José António – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo
José Pessoa – Divisão de Documentação Fotográfica –
Instituto Português de Museus
Paulo Cintra & Laura Castro Caldas

PRÉ-IMPRESSÃO

Gráfica Maiadouro

IMPRESSÃO

Gráfica Maiadouro

ISBN

972-787-057-0

DEPÓSITO LEGAL

178754/02

CATALOGAÇÃO NA FONTE

PORTUGAL: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS
DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES
De Olisipo a Lisboa: a Casa dos Bicos / Comissão Nacional para
as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. – Lisboa:
CNCDP, 2002. – 72p: il; 24 cm. – ISBN - 972-787-057-0

A G R A D E C I M E N T O S

A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses deseja expressar o seu agradecimento às diferentes instituições e pessoas que tornaram possível este projecto.

BIBLIOTECA MUNICIPAL ANSELMO BRAANCAMP FREIRE, SANTARÉM
Idália Moniz (*Vereadora do Pelouro da Cultura*)
Victor Duque

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Maria Manuel Pinto Barbosa (*Vereadora do Pelouro da Cultura*)
Maria Teresa Loureiro (*Adjunta da Vereadora*)

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA
Inês Morais Viegas (*Chefe de Divisão*)
Ana Brites · Cláudia Castelo · Isabel Ribeiro

MUSEU DA CIDADE
Ana Cristina Leite (*Chefe de Divisão*)
Manuela Leitão

EMBAIXADA DE FRANÇA
Pierre Brochand (*Embaixador*) · Jean Paul Redaud (*Conselheiro Cultural*)

FUNDAÇÃO BCP
Ângela Brito · Camilo de Melo

IGREJA DE SÃO LUÍS DOS FRANCESES, LISBOA
Padre Jean Duranton

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO
Miriam Halpern Pereira (*Directora*)
Maria de Lurdes Henriques · José António Silva

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
Luís Ferreira Calado (*Presidente*)
Manuel Máximo Lapão (*Director Regional de Lisboa*)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS - DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
FOTOGRAFICA
Maria Forjaz · José Pessoa

MUSEU NACIONAL DO AZULEJO
Paulo Henriques (*Director*)
Maria Teodora Marques

Padre António Ambrósio
Carlos Fabião
Cláudio Torres
Maria Antónia Pinto de Matos
Maria Augusta Loreto
Olinda Sardinha
Rodrigo Banha da Silva
Santiago Macias



ALGUMAS DAS FORTUNAS alcançadas na Índia foram aplicadas em Portugal. Estranhamente, não muitas. Ou não tantas como o que se supõe que do Oriente tenha sido trazido pelos que por lá reuniam riquezas fabulosas, como se lê nas crónicas. Entre as excepções, a Casa dos Bicos em Lisboa. Fachadas cobertas com pirâmides triangulares encontram-se algumas pela Itália e pela Espanha. Em Portugal salvou-se parcialmente o exemplar da Rua dos Bacalhoeiros. Pertença do filho e herdeiro de Afonso de Albuquerque, Brás de seu nome depois mudado em Afonso também por homenagem ao progenitor, marcou a paisagem urbana. E resistiu parcialmente a destruições várias que arrasaram a baixa lisboeta. Maxime o terramoto de 1755.

Sofreu tratos muitos, teve muitos e (alguns) ilustres ocupantes. Foi a Casa dos Bicos sendo desfigurada, deram-lhe utilidades várias, como de armazém de bacalhau. Comprado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1955, foi o prédio sujeito a um restauro quase trinta anos depois para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa. Então lhe acrescentaram dois andares cenograficamente imaginados no exterior, enquanto o interior se articulava em torno de um conjunto de escadas que lhe ocupa quase toda a área. É um exemplar interessante do que puderam conceber arquitectos portugueses nos anos 80: Daniel Santa-Rita e Manuel Vicente. Ocupados os seus estreitos cómodos desde 1987 pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, entendeu-se que valia a pena recordar o que nela foi achado nas pesquisas arqueológicas. Porque estando bem no Centro de Lisboa, da Lisboa pré-romana e romana, moura ou medieval, renascentista ou contemporânea, restos vários foram sendo deixados. Aqui se lê na espessura da história urbana. E é bom que se veja e recorde que tudo tem um passado.

● **MUSEU DA CIDADE**, em nome da Câmara Municipal de Lisboa, encarou com entusiasmo este projecto organizado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que decerto contribuirá, uma vez mais, para a afirmação cultural e patrimonial deste emblemático monumento, a Casa dos Bicos.

De facto, existem edifícios que marcam a fisionomia da cidade e perpetuam as memórias do passado histórico e urbano de Lisboa.

A Casa dos Bicos, citada por autores nacionais e estrangeiros e que vemos representada nas panorâmicas antigas de Lisboa, se destaca dos outros palácios e casario, sobretudo pela originalidade da sua fachada voltada ao rio Tejo.

Foi mandada construir por Brás de Albuquerque, junto da Ribeira, à semelhança de outros nobres da época, perto do centro político e económico da capital, por volta de 1521/23.

Com o Terramoto de 1755 a Casa perdeu os dois andares nobres e ficou reduzida aos pisos inferiores, lojas e sobrelojas. Nas mãos da família dos Albuquerque até ao século XIX, passa para a propriedade de um negociante de Bacalhau, sendo transformada em armazém.

Não obstante o seu estado de ruína, foi classificada como Monumento Nacional em 1910 e após três décadas de diligências o edifício veio à posse da Câmara Municipal de Lisboa em 1955.

Desde a sua aquisição pelo Município, a Casa dos Bicos esteve ligada a projectos de índole cultural, quase sempre relacionados com a cultura luso-oriental, recordando as ligações de Brás de Albuquerque com a Índia, como o museu Casa de Goa ou o Centro de Documentação das nossas relações com o Oriente, projectos que acabaram por não ser concretizados.

Foi aliás neste contexto que alberga, em 1983, um núcleo da XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, após uma intervenção polémica de reconstrução da frontaria e interiores, e actualmente a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos

Portugueses, cumprindo a vocação cultural desde sempre definida pela Edilidade e que já não pode ser dissociada desta importante Casa quinhentista.

É pois neste âmbito que o Museu da Cidade não poderia deixar de colaborar na actual exposição que nos remete não só para a história da Casa dos Bicos, mas também para a evolução urbana daquele pequeno troço da cidade de Lisboa. Entre outros elementos destacamos as estruturas postas a descoberto durante intervenção arqueológica, agora restauradas por técnicos de conservação e restauro da Divisão de Museus da CML e integradas na Casa, bem como os objectos mais significativos exumados durante a mesma intervenção. Através destes percorremos vários períodos da história de Lisboa, desde a época romana até nossos dias.

ANA CRISTINA LEITE

CHEFE DE DIVISÃO DE MUSEUS E PALÁCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Í N D I C E

11

**Percurso Arqueológico através
da Casa dos Bicos**

CLEMENTINO AMARO

29

**Os diamantes de Brás de Albuquerque:
trato sucessivo**

TIAGO C.P. DOS REIS MIRANDA

40

**Proprietários e Ocupantes da Casa dos Bicos
Tábua Cronológica**

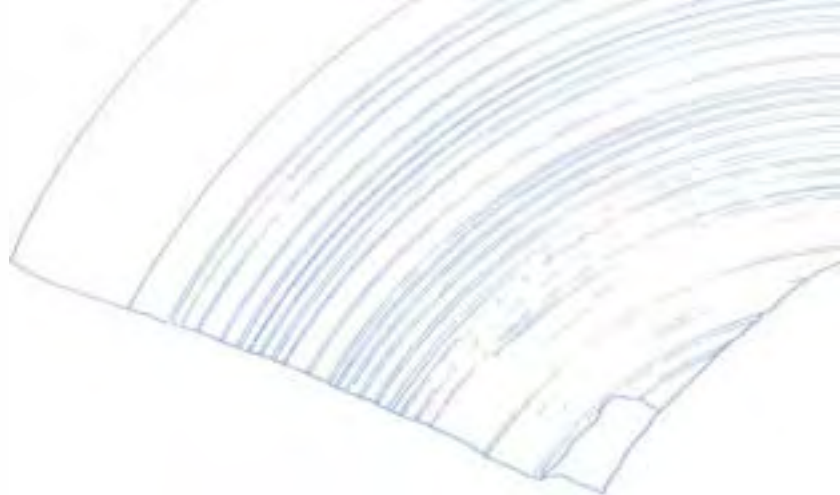
43

Catálogo de Peças

69

Fontes e Bibliografia





Percurso Arqueológico através da Casa dos Bicos

CLEMENTINO AMARO

DE ENTRE OS ESCASSOS registos arquitectónicos que subsistem da *Lixboa* quinhentista, destaca-se ainda hoje, na antiga frente ribeirinha, a Casa dos Bicos, reposta que foi a sua volumetria inicial, ao ser convertida em espaço de cultura, nos anos oitenta do século XX.

A eleição deste local para residência dos Albuquerque insere-se num movimento encetado por parte de certa nobreza esclarecida e viajada e de uma nova burguesia enriquecida no sentido de possuir residência junto ao rio, local com melhores ares e simultaneamente junto à movimentada Ribeira, num desejo último de imitar o rei D. Manuel I, ao construir o palácio real (albergando a Casa da Índia) em terrenos conquistados ao rio.

As zonas ribeirinhas das cidades proporcionam, em cada momento, as mais diversas funções e adaptações a novas vivências, tais como zonas portuárias, industriais, de defesa e até como local de despejo de detritos urbanos.

Arrastando a Casa dos Bicos uma carga simbólica da expansão portuguesa, pelo momento e singularidade da sua construção, associada a uma das famílias de referência, ao serviço do reino além fronteiras, acabou por ser escolhida como um dos cinco núcleos que albergou a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, realizada em 1983, com a apropriada temática “A Dinastia de Avis e as suas Relações com a Europa”.



figs. 1 | 2
Fachadas de tardoz

● estado de abandono e as precárias condições de conservação em que a casa se apresentava nos anos setenta, e ainda o seu espaço exíguo, exigiram um vasto programa de recuperação do edifício, para assim dar resposta às novas funções de que foi investida. Aquele inclui quatro frentes, como: a integral renovação do seu espaço interior; o aumento da área útil, com a desmontagem de aterros e da escada central e de parte das estruturas arqueológicas; reposição dos dois andares nobres; recriação da memória da escada primitiva com a construção de uma escadaria monumental, articulando-se esta com os diferentes pisos.

Os trabalhos arqueológicos programados para o local decorreram em 1981 e 1982, tendo grande parte dos mesmos acontecido em simultâneo com as fases de demolição do telhado e paredes de alvenaria e de betão, a que se seguiu a construção das fundações e dos pilares estruturais (fig. 1

e 2). Esta intervenção arqueológica constituiu-se num dos primeiros testemunhos de uma contínua renovação urbana, ao longo de cerca de dois milénios, no núcleo histórico da cidade.

O facto do núcleo urbano se ter desenvolvido e renovado sistematicamente na área compreendida entre o alto da colina, o Tejo e o braço de rio (esteiro da Baixa), proporcionou a sobreposição de estruturas, testemunhando diferentes momentos de ocupação e de transformação da cidade (fig. 3). É a partir de inícios do século VIII a.C., com os regulares contactos comerciais iniciados pelos fenícios, no estuário do rio Tejo, que este povoado passa a receber uma efectiva influência económica e cultural proveniente do Mediterrâneo Oriental.

Como resultado destes contactos comerciais, realce-se a presença na cidade de materiais orientalizantes no claustro da sé de Lisboa, onde se destaca um conjunto de taças e pratos em cerâmica cinzenta, atribuíveis ao século VI a.C. (Arruda, 2000). Na Casa dos Bicos foi recolhido um prato em cerâmica de engobe vermelho, mas integrado em aterros posteriores (n.º 2 do catálogo). Apresenta na parte posterior do bordo um grafito reproduzindo ou emitindo um carácter integrável na escrita fenícia.

As relações comerciais intensificam-se com Cartago e com o sul da Península Ibérica, a partir do século V a.C.. Dos contactos com a área tartéssica, o principal povoado do estuário do Tejo (*Tagus*) terá recebido directa influência para o seu nome pré-latino – *Olisipo*. Do topó-



Fig. 3

nimo *Olisipo*, do povoado pré-romano, destaca-se o seu sufixo *IPO*, de origem ibérica, não indo-europeia, mas provavelmente túrdula, da zona acima do estreito de Gibraltar, e onde aquele sufixo se encontra particularmente difundido.

Esta origem toponímica, associada a dados arqueológicos recentes, sugere uma real importância económica da cidade a partir, pelo menos, dos séculos V/IV a.C. e mantendo-se em contacto regular com o SO peninsular, não só por via marítima, como por via terrestre (como sugere já a obra de Avieno).

Na sequência das lutas que opuseram romanos e cartagineses pelo domínio económico e político do Mediterrâneo Ocidental, tendo como pretexto o ataque dos cartagineses, em 218 a.C., à cidade de Sagunto, até aí aliada dos romanos, a guerra irá estender-se a toda a Península, agora contra os indígenas. *Olisipo* é ocupada pelo cônsul Décimo Júnio Bruto, em 138 a.C., tendo-a fortificado para servir de base de apoio a operações militares.

Desta fase da vida da cidade começam a surgir materiais que acompanham os militares e, na esteira destes, os comerciantes. Em vários



Cerâmica Campaniense,
CML – Museu da Cidade

loais do território hoje português difunde-se desde o século II a.C. a cerâmica Campaniense. O abastecimento regular e a qualidade das peças irá levar, dentro em breve, à produção local, as imitações de carácter indígena, situação que já tinha acontecido anteriormente e que irá repetir-se em diferentes momentos.

Na Casa dos Bicos identificou-se um estrato arqueológico que evidencia aquela realidade, ou seja, a par de uma taça de verniz negro, com asa bífida (fig. 4), e enquadável nas produções da Etrúria setentrional e central, surge uma pequena tigela já de fabrico local (n.º 3 do catálogo), de entre outros exemplares de loiça utilitária aqui exumados.

A acompanhar este momento de difusão de produtos itálicos, a partir do momento da conquista romana, dá-se a introdução do vinho, em larga escala, a que se seguirá a introdução da vitivinicultura.

De entre o material anfórico exumado na Casa dos Bicos, destaca-se a ânfora vinária, com origem provável na Campânia (n.º 1 do catálogo). A par desta fase de importação de vinho, surge gradualmente a produção no sul e sudoeste peninsular, na segunda metade do século I a.C., devendo aquela já estar generalizada na Lusitânia na segunda metade do século I d.C..

Após a pacificação completa do actual território português, operada por Augusto, por volta de 25 a.C., desenvolve-se um grande plano de urbanização da cidade. É desta fase inicial o urbanismo romano registado no claustro da sé de Lisboa, onde se destaca uma via pedonal e vestígios de zonas residenciais que integram pequenos estabelecimentos comerciais ao longo da via pública. Um pouco a norte, é construído o teatro. Na orla ribeirinha e junto ao braço de rio – por alturas da Casa dos Bicos até meio da actual rua Augusta – instalam-se gradualmente várias unidades fabris de conserva e de preparados piscícolas, a partir da primeira metade do século I d.C..

Com a identificação da unidade fabril no subsolo da casa e, poucos meses antes (1981), uma outra unidade em Cacilhas, dá-se uma significativa reformulação no conhecimento que se tinha até aí sobre a realidade conserveira do período romano na Lusitânia.

O estuário do rio Sado, com a costa algarvia, em certa medida, constituía a grande referência a nível da exportação em larga escala, região

onde se destaca o maior complexo industrial conhecido até ao momento e situado na península de Troia.

Reunidas que estão condições particularmente favoráveis à exploração de recursos marinhos nos dois estuários – rio e costa rica em peixe, boas condições naturais de abrigo, fácil navegação para o interior do território, clima ameno, fácil exploração de sal, região com vastas matas e barreiros –, o estuário do Tejo revelou nas últimas duas décadas uma organização algo semelhante em relação ao primeiro, com as unidades transformadoras concentradas junto à foz (Lisboa, Cacilhas, Porto Brandão e Cascais) e os centros oleiros, produtores dos contentores, instalados mais para o interior do estuário e, até ao momento, todos referenciados na margem esquerda do Tejo (Quinta do Rouxinol, Seixal; Porto dos Cacos, Alcochete; Carrocheira, Benavente; Porto Sabugueiro, Muge).

Na Baixa de Lisboa foi, até ao momento, referenciada uma sequência já impressionante de unidades fabris na antiga orla ribeirinha de *Olisipo*, e ao longo do esteiro (braço de rio), com evidências na Casa dos Bicos e ruas dos Fanqueiros, S. Julião, Correeiros e Augusta, numa extensão de cerca de 500 metros (fig. 3). Desde 1995 que o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Fundação BCP) faculta ao visitante uma proposta de “leitura” de como seria o quotidiano de um complexo industrial de preparados piscícolas, com diferentes ciclos de desenvolvimento, actividade que neste local terá perdurado até à primeira metade do século V d.C..

Da unidade transformadora identificada no subsolo da Casa dos Bicos foi possível escavar cinco tanques de salga (cetárias), dois compartimentos anexos e um troço de esgoto (fig. 5, n.º 1; fig. 9, n.º 2). As restantes estruturas fabris prolongam-se actualmente sob a rua Afonso de Albuquerque, a norte, e sob um prédio a poente. A sua construção encontra-se a cerca de 3 metros acima do nível médio do mar, num solo constituído por areia fina silto-argilosa (areolas da Estefânia) e por blocos de grés calcário (terreno do Terceário).

Esta técnica de conservação de alimentos tem larga tradição no Mediterrâneo, sendo já referenciada na literatura do século V a.C.. A partir da época de Augusto, na passagem do século I a.C. para o I d.C., com a estabilidade política e o crescente desenvolvimento da vida urbana, dá-se um forte incremento na indústria de preparados piscícolas, resultante, em grande medida, da exportação

Casa dos Bicos – Lisboa
 Corte A-B
 Tardoz da fachada norte – Rua Afonso de Albuquerque

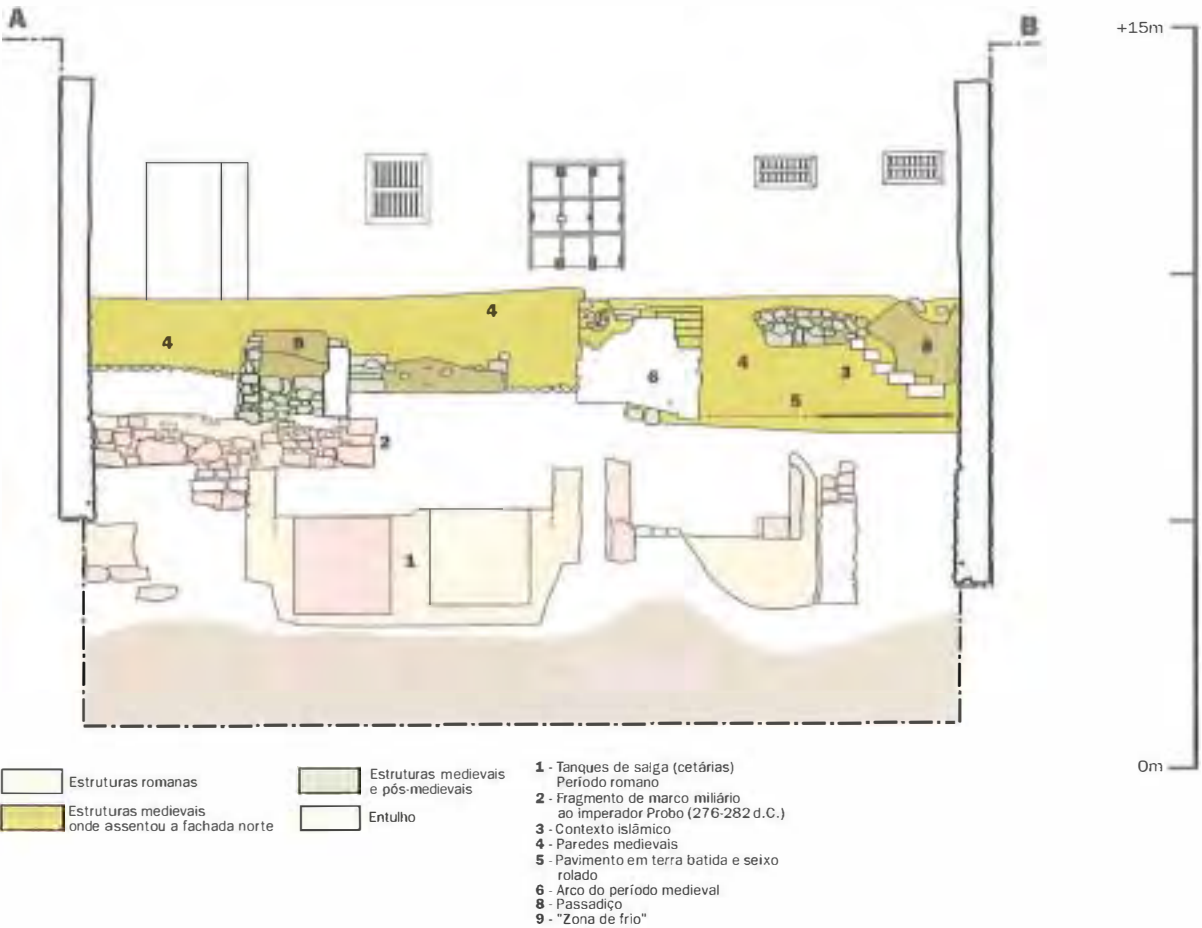


Fig. 5

Os tanques de salga, organizados geralmente em duas fiadas, enquadravam um pátio onde se procedia ao tratamento e selecção do pescado, sendo posteriormente depositado nos tanques, mesclado com abundantes camadas de sal. Os tanques estavam protegidos por um telheiro. Outras dependências anexas desempenhariam as funções de armazéns e alojamentos. Para além dum sistema de canalizações, as fábricas poderiam ser dotadas de termas e, provavelmente, de residência para o responsável pela produção.

Nas ruas das Canastras, cerca de 100 metros a poente da casa, em obras efectuadas num estabelecimento comercial, em meados do século passado, foi localizada a estrutura de um provável cais, o que leva a remontar pelo menos ao período romano, a tradição de equipamentos de acostagem e de desembarque nesta frente ribeirinha.

A unidade fabril aqui localizada laborou muito provavelmente até à segunda metade do século III, altura em que esta zona da cidade sofrerá uma reestruturação urbana. Efectivamente, a partir de 235 d.C. (a par de uma certa autonomia administrativa atribuída às províncias, que mantêm entre si um intercâmbio comercial regular e espontâneo, já sem a tutela de Roma), o Império entra num período de instabilidade, como resultado, de uma crescente disputa pelo poder entre as chefias militares, maus anos agrícolas e uma certa fragilidade na defesa das fronteiras, que leva a actos de pilhagem e a invasões de povos da sua periferia.

Há sinais de que as províncias da Península Ibérica não foram particularmente afectadas a nível económico. Nestas também acontece o processo de fortificação das cidades, fenómeno a que Olisipo não fica alheia e de que Conímbriga é o exemplo mais paradigmático no nosso território. Quanto à exportação de preparados piscícolas, não se regista uma quebra na sua actividade, mas antes evidentes alterações nos métodos de produção, na procura e nos gostos, eventualmente nas espécies de peixe capturadas, no vasilhame utilizado, promovendo uma clara remodelação nas instalações fabris.

As cidades devem ter atraído uma população com novos hábitos e interesses, movimento ao qual não deve ser alheia a decadência do teatro no século III, altura em que o circo está em plena actividade ali para os lados do actual Rossio, para se assistir a mais uma corrida de bigas e quadrigas, puxadas por cavalos, alguns representando a raça Lusitana (fig. 3).

É neste cenário de reestruturação urbana que se dá o encerramento do teatro, e que é desafectada ao público a via pedonal, identificada no claustro da sé, e que seria uma das ligações viárias possíveis entre a zona do teatro e a orla ribeirinha, por alturas da unidade fabril, localizada no subsolo da Casa dos Bicos (fig. 7). Encerrada a via e construída a muralha por esta altura (fig. 11, n.º 2), cortando o acesso da fábrica ao rio, sua fonte de abastecimento e de exportação, muros, termina esta o seu período de laboração. É da fase final que foram recolhidos junto ao núcleo fabril vários exemplares de contentores, em

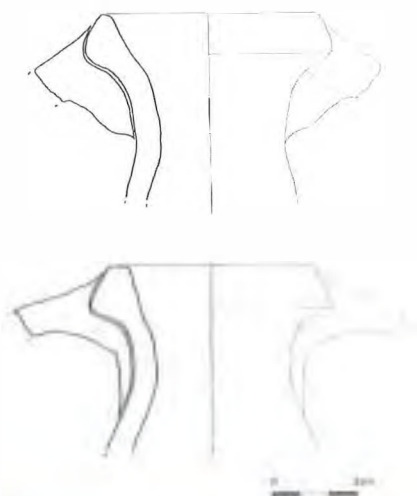


Fig. 6



Fig. 7
Conjunto de salgas (cetárias)

princípio, produzidos nas olarias do estuário do Tejo e representativos da ânfora de conservas de pescado, da forma Almagro 51c (fig. 6), e Almagro 50.

Provavelmente por alturas do encerramento da unidade fabril vão surgir novas construções sobre o teatro e a via romana, reutilizando estruturas e elementos arquitectónicos anteriores como material de construção. Assim aconteceu na construção de um compartimento tardoromano (fig. 5, n.º 2) onde um troço de marco miliário do imperador M. Aurélio Probo (276 a 282) foi reutilizado, encontrando-se actualmente exposto no Museu da Cidade. Este miliário, e mais dois igualmente de Probo achados na mesma via, revelam obras importantes realizadas ao tempo daquele imperador em diferentes troços do trajecto que, de *Olisipo*, se dirigia a *Emerita* (Mérida), por *Scallabis*, hoje Santarém, e por *Ierabriga*, na região de Alenquer (Mantas, 1996).

Da época Visigótica os escassos vestígios conhecidos na cidade levam a interpretá-la como um período de construção de diversos edifícios religiosos. Os materiais arqueológicos ultimamente exumados sugerem a manutenção de relações comerciais com a bacia mediterrânica, dada a variedade e frequência de peças cerâmicas importadas de dife-

rentes locais.

As construções realizadas nesta fase devem ter causado assinaláveis estragos ou reestruturações nas antigas residências do período romano. Um dos sinais a considerar é a razoável quantidade de fragmentos de mosaico e tesselas dispersas que são recolhidos em contextos tardios. Esta situação foi registada no claustro da sé, na Casa dos Bicos e noutras intervenções no centro histórico. No entanto, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros foi identificado um mosaico do terceiro quartel do século III, posteriormente integrado num espaço de banhos.

Na sequência do movimento de conquista militar da Península Ibérica, a cidade será ocupada pelos Muçulmanos a partir de 714. A estrutura urbana vai adaptar-se aos novos modelos de governar, de pensar, de agir. Dentro dos modelos de tradição mediterrânica de cidades-porto, a Lisboa Muçulmana (*Alusbuna*) desenvolve-se a partir de dois pólos geradores principais. No alto da colina ergue-se a alcáçova,

com amurallamento próprio, e ao longo da encosta espalha-se a medina, em grande parte coincidindo com a zona residencial, administrativa e lúdica da cidade romana.

Os dois principais arrabaldes organizam-se extramuros. O bairro do Ocidente desenvolve-se, com mais intensidade a partir do século X, na zona baixa junto ao rio e ao longo do esteiro, concentrando-se aí os artesãos, pescadores e comerciantes. Para além do porto de abrigo, a construção e reparação navais instalam-se ao fundo do esteiro. Este crescimento da cidade resulta do um forte aumento do comércio regional e a longa distância, sendo aceitável considerá-la como o mais importante aglomerado do *Garb-al-Andaluz* no final do século XI, não desempenhando, no entanto, nenhum papel político conclizente, situação algo semelhante à vivida no período romano.

Do lado nascente fica o bairro de Alfama, ainda hoje o melhor testemunho de como seria um bairro à época, vivendo-se num emaranhado de ruas, becos, calçadas e travessas, onde a população se dedica à faina marítima e onde uma elite muçulmana usufrui da excelência das suas águas, ficando estas para sempre associadas ao nome do bairro.

As nascentes, para além de assegurarem o abastecimento da população, de bebedouros e de lavadouros, são utilizadas como banhos medicinais e no tratamento e lavagem de lãs e cortumes.

No caso de Lisboa, a cidade baixa e a medina ficam gradualmente unidas, tendo como ponto de referência a mesquita maior, construída numa plataforma central. No século XI a medina apresenta uma grande densidade populacional, e encontra-se defendida por uma muralha com

Fig. 8
"Cerca Moura", decalcada num
desenho executado a partir de
Vista Panorâmica de Lisboa,
c. 1570, Universidade de Leiden



Casa dos Bicos – Lisboa
Corte E-F



Fig. 9

cerca de 2 Km de perímetro, designada por “Cerca Moura”. Esta foi provavelmente reconstruída após o ataque do rei de Leão, Ordonho III, em 953, que tomou a cidade por um breve período (fig. 8). É plausível que muitos troços da cerca coincidam com a muralha tardo-romana. Alguns indícios levam a admitir esta hipótese, como a presença de uma torre semi-circular no interior da torre vã localizada na Casa dos Bicos (fig. 9, n.º 2 e 3), situação que já não é inédita no perímetro amuralhado. Igualmente, alguns panos de muralha integram silhares tipicamente romanos.

No decurso dos trabalhos arqueológicos na Casa dos Bicos foram identificados cerca de 9 metros da “Cerca Moura”, com uma altura média de 0,80 metros acima do nível freático (fig. 11, n.º 1). O traçado da muralha no local encontra-se numa zona de conquista ao rio (fig. 9, n.º 3 e 4)

resultante de ter sido usado como área de despejo de lixos urbanos desde, pelo menos, o período romano. Numa sondagem geológica efectuada junto à face externa da muralha foi registada uma camada de despejos urbanos de cerca de 2 metros de potência, assentes directamente nas areolas à cota de -3,30 metros.

A configuração do espaço da recepção coincide com o vão de uma torre vã da cerca, estando a sua face externa no alinhamento da construção da fachada em “ponta de diamante”. A decisão de derrubar troços da Cerca Moura, perdida entretanto a sua função militar, e fazer alinhar as fachadas dos prédios pelas torres, vem do tempo de D. Afonso V, segundo se pode constatar num aforamento registado na Chancelaria Régia, quando se diz que “a parede (das casas) que se em elle fizer não seria mais, assim de largo e altura, que quanto diz as torres que estão pegadas ao dito muro” (fig. 12).



Fig. 12
Aforamento, Chancelaria de
D. Afonso V, L.º 15, Lisboa, IANTT

Os vestígios de ocupação deste espaço no período Muçulmano resumem-se a duas pequenas bolsas com material islâmico, e a outros materiais associados a espólio romano resultante de aterros aqui efectuados. Das poucas peças registadas merece referência o fragmento de uma taça decorada em “corda seca” total (n.º 16 do catálogo).

Quando em Agosto de 1147 o exército cristão cerca a cidade, esta apresenta-se farta de víveres e bem defendida. De facto, na carta redigida pelo cruzado inglês, que participa no cerco, a certa altura relata-se que “ao sopé dos muros existem arrabaldes alcandorados nos roche-

dos cortados a pique, e são tantas as dificuldades que os defendem, que se podem ter em conta de castelos bem fortificados.”

Após várias provações a cidade de *Alyxbona* passa ao domínio cristão em Outubro desse ano e, de imediato, começa mais uma fase de reestruturação urbana, condizente com os interesses e anseios dos dominadores. Inicia-se a construção da sé catedral, onde até aí sobressaiu a mesquita maior. O poder municipal irá estar associado ao espaço da sé até ter casa própria. A zona baixa da cidade, por sua vez, vai receber novos bairros labirínticos, em redor da igreja (dentro do modelo radial cristão), dando origem a novas paróquias.

Fixados os limites fronteiriços do reino e elevada a capital, com a transferência da sede da Chancelaria, por D. Afonso III, em 1255-56, a Lisboa medieval (*Lyxbona*) vai equipar-se com os meios necessários para desempenhar um importante papel como entreposto comercial entre as regiões da Europa Atlântica e os portos do Ocidente Mediterrânico.

D. Dinis (1279-1325) constrói novos cais, abre a rua Nova dos Mercadores, fomenta novos acordos comerciais e uma segunda muralha de protecção da zona baixa, para a salvaguardar da pirataria de então. As Terceiras são instaladas na Ribeira, em zona exterior ao muro defensivo.

Mais obras vão ser empreendidas na zona baixa, em resultado da construção da Cerca Fernandina, em 1373-76, para defesa dos novos bairros e dos antigos arrabaldes de Alfama e Mouraria. A cerca vai integrar territórios a oriente (Santa Clara/Graça), a ocidente (Carmo e Trindade), a norte (Rossio) e por fim os mosteiros, conventos e suas cercas, na então periferia urbana, condicionando o percurso da mesma.

O antigo braço de rio é já um simples caneiro a céu aberto, transposto por uma ponte de madeira – da Galonha ou de Morraz – ligando a rua da Calçetaria com a rua Nova dos Ferros, no local onde actualmente se cruzam as ruas do Comércio com a do Ouro. O caneiro dá lugar, no século XV, ao cano real, sobre o qual se abre a rua Nova de El Rei, em 1466. Os novos arruamentos inserem-se já numa lógica de ordenamento racional das vias principais, apresentando-se largas e ortogonais, próprio de um urbanismo planeado.

Lisboa emparceira, agora, com outras importantes cidades da Europa, mas, em resultado de uma convergência de conhecimentos tecnológicos e de valores culturais entre o Norte da Europa e o Sul Mediterrânico, aqui bem caldeados, vai constituir-se na grande impulsionadora da Expansão.

As referências arqueológicas registadas neste período, no interior da Casa dos Bicos, são escassas. Para além de uma pequena fossa detritiva, foram exumadas algumas peças de loiça de ir à mesa e de iluminação (peças n.ºs 17 e 18).

No patamar superior, foram identificadas algumas paredes e pavimentos, atribuíveis a edifícios existentes no local (fig. 11, n.ºs 5 a 7) à altura de construção da casa. A fachada virada a norte aproveitou, inclusivé, algumas dessas paredes como alicerce (fig. 5, n.º 4). Ainda nesta área foi identificado parte de um arco com cerca de 2,10 metros de altura, feito em blocos talhados de calcário conquífero, pedra existente na colina e já utilizada na construção, a título de exemplo, no teatro romano (fig. 5, n.º 6; fig. 9, n.º 6).

Na Baixa Idade Média a actual rua Afonso de Albuquerque era conhecida por rua dos Arcos. Uma proposta de interpretação possível é este arco fazer parte de um conjunto mais vasto e, por hipótese, integrar um passadiço que existisse no local.



Fig. 10
Arco tardo-medieval em fase de levantamento



Casa dos Bicos – Lisboa
Corta 1

- 1 - "Cerca Moura"
- 2 - Torre semi-circular tardo-romana
- 3 - Torre vã
- 4 - Acesso ao passadiço
- 5 - Pavimentos e compartimentos tardo-medievais(?)
- 6 - Estruturas pré-existentes à Casa dos Bicos
- 7 - Base em pedra com argoia (séc. XVII)
- 8 - Zona de frio reutilizada como lixeira
- 9 - Pavimento quinhentista
- 10 - Pavimento "Mudejar"
- 11 - Lageado pós-terramoto
- 12 - Pátio quinhentista

Estruturas medievais

Passadiço

- Vestígios do período romano
- "Cerca Moura"
- Paredes medievais
- Vestígios do período medieval
- Vestígios do período quinhentista

As trocas comerciais com o Levante Espanhol durante o século XV ficaram testemunhadas na casa com a presença de vários fragmentos de cerâmica de reflexos metálicos (n.ºs 19 e 20 do catálogo).

Com a chegada do século XVI e a transferência do poder político e administrativo do castelo para a Ribeira, com a construção do palácio real – criando, simultaneamente, um novo eixo dinamizador da cidade, na articulação entre o Rossio e o Terreiro do Paço –, a frente ribeirinha vai sofrer uma intensa reestruturação, com a construção de novas e mais funcionais infra-estruturas. Se do lado poente do Paço é construída a Ribeira das Naus, a nascente, por volta de 1517, começam a ser edificados o Terreiro do Trigo e a Alfândega, com cais próprio.

Para as Portas do Mar, transferiu-se, no século XV, o mercado de vegetais. Na segunda metade do século XVI vêm-se-lhe juntar os vendedores de peixe, constituindo-se na Praça da Ribeira das Portas do Mar, dotada de cabanas e alpendres. As descargas são efectuadas no cais fronteiro, ficando imediatamente a nascente o Cais de Santarém, de que a toponímia actual ainda preserva a memória, e de que o desenho aguarelado de 1575, preservado em Turim, nos permite vislumbrar uma “desvaírada” quantidade de embarcações, típicas do Tejo, atracadas na zona fronteira à Casa dos Bicos, num espaço coroado pelas torres da sé (fig. 14).



Fig. 14
Vista de Lisboa, Simão de
Miranda de Távora, 1575,
Arquivo do Estado de Turim

Uma obra marcante, construída um pouco a poente da casa, é a igreja da Misericórdia. A Confraria transfere-se da sé, onde permaneceu desde a sua fundação, após a conclusão das obras em 1534.

De entre as residências nobres que vão ocupar o troço da antiga muralha, conta-se o palácio dos Condes de Portalegre, Condes de Vila Flor, Marqueses de Angeja e a casa dos Albuquerque, entre outras.

Brás de Albuquerque, ao mandar construir a sua residência, após 1521, num loteamento acanhado, procura compensar esse facto dando à fachada virada ao rio um cunho de monumentalidade. A Casa dos Bicos marca, desta forma, uma forte rotura com os outros palácios da Ribeira,



Fig. 15 e 15a
Panorama da Cidade de Lisboa
e pormenor da Casa dos Bicos,
Ex-voto de Nossa Senhora de Porto
Seguro, Domingos Vieira Serrão
e Simão Rodrigues, c. 1620, Lisboa,
Igreja de São Luís dos Franceses

considerados, por muitos visitantes da época, como construções irregulares, de alçados pouco dignos, destacando-se apenas por serem muito grandes (fig. 15).

A grande novidade da casa é o tratamento da frontaria ribeirinha com paramento constituído por bicos ou “ponta de diamante”, de notória influência italiana e onde sobressai a *loggia* no penúltimo piso. Brás de Albuquerque terá conhecido de perto modelos da arquitectura renascentista quando integrou o séquito que acompanhou a Infanta D.^a Beatriz a Itália, para o seu casamento com o Duque Carlos de Sabóia. No entanto a abertura e o ritmo dos vãos não se integram na lógica racionalista em moda na Europa, mas enquadra-se, sim, com valores e necessidades funcionais do interior da casa, organizada a partir de um pátio interior, virado a norte, e por onde se fazia a serventia da casa (Carita, 1983).

Na organização da fachada, os bicos dispõem-se segundo um critério de alternância, sendo cada bico espaçado pela introdução de um elemento liso. Esta disposição em xadrez apresenta afinidades com uma tradição mediterrânica, tal como o tratamento dos vãos, inserindo-se aqui na tradição peninsular, da transição do século XV para o XVI, de raiz mudéjar (Pereira, 1994). O pavimento em “espinha”, junto à empena nascente do rés-do-chão da casa, integra-se igualmente nesta tradição. Este era parte integrante do passadiço que ligava o bairro da sé à Ribeira, e que vai ser motivo de conflito entre os proprietários da casa e a população (fig. 11, n.^{os} 4 e 12). A Casa dos Bicos encontra-se, desta forma, na confluência de duas tradições tipológicas: uma de raiz renascentista italianizante; outra de tradição tardo-gótica, que se manifesta no tipo de vãos e do aparelho utilizados, harmonizando-se na perfeição com

Fig. 13
Pavimento mudéjar,
actualmente integrado
na Casa dos Bicos



a primeira. Interpretação de estilos singular que leva a atribuir a autoria da obra ao mestre Francisco de Arruda (Pereira, 1990).

A casa, a exemplo de outras residências nobres e religiosas, devia possuir algumas salas revestidas a azulejo. Foram recolhidos vários exemplares hispano-árabes (sevilhanos) onde se destacam os motivos de laçarias geométricas, de influência mudéjar, e os ornamentos florais, de influência renascentista, e atribuível ao segundo quartel do século XVI (n.º 21 e 22 do catálogo). Da região de Valência (Manises) importam-se elementos de ladrilho, como as losetas de pavimento. Os dois motivos mais vulgares apresentam um florão central quadrifoliado ou um escudete heráldico, de mera função ornamental (n.º 23 e 24 do catálogo). Tudo indica que o esquema enxaquetado também estivesse presente na casa, com a utilização do padrão azul e branco.

No decurso dos trabalhos arqueológicos e durante a fase de desmontagem das paredes interiores e da escada, foi possível detectar algumas transformações da casa, nomeadamente em consequência das obras relacionadas com a apropriação da passagem pública. A porta de acesso e a escada, junto à empena leste, foram eliminados e em seu lugar é construída a escada central (fig. 11, n.º 4). Esta, por sua vez, obriga a reformular espaços interiores (fig. 9, n.º 7). Pela mesma altura, anos quarenta do século XVII, terá sido construída uma cocheira na frente norte da casa, atendendo à natureza do pavimento e à presença de argolas de amarração.

Deste século é de destacar a presença regular, nas intervenções arqueológicas urbanas, de cerâmica modelada, peças de singular recorte e beleza (n.º 27 do catálogo). São célebres as naturezas mortas de Josefa de Óbidos retratando flores e doces, estes típicos da região do Ribatejo



Fig. 16
Natureza morta com doces e Barros, Josefa d'Óbidos, 1676, Santarém, Biblioteca Anselmo Braancamp Freire

e da Estremadura, e onde o arranjo não dispensa a presença de loiça em cerâmica modelada (fig. 16).

Em diferentes locais da casa foram identificados sítios de eliminação de lixos domésticos, e compartimentos que, na fase de obras, eram entulhados. Esta possuiria ainda zonas de frio para guardar alimentos. Foi neste contexto que foi encontrado um compartimento fechado com cerca de 1,25 x 2 metros (fig. 5, n.º 9; fig. 11, n.º 11). Este espaço apresentava um vasto conjunto de peças dispostas de forma caótica, às quais se associava matéria orgânica, carvões e restos de peixe (fig. 17). O espólio aqui exumado vai desde os finais do século XVI ao primeiro quartel do século XVIII, encontrando-se muitos exemplares intactos ou completos. Para além de loiça vidrada e comum, faiança (entre a qual cinco vasos de noite) e alguns exemplares de porcelana da China, foi recolhida mais de uma centena de garrafas e cerca de quarenta cálices, entre outros objectos em vidro, conjunto ao qual foi dado certo destaque no presente catálogo de peças, pelo aspecto singular e ainda raro desta colecção.

No anterior contexto foram recolhidos selos de chumbo de origem inglesa, eventualmente ligados à importação de garrafas, filiáveis na tipologia inglesa de finais do século XVII ao primeiro quartel do século XVIII. Uma das funções deste vasilhame seria conter licor que, em determinadas alturas e ambientes sociais, era adicionado à bebida de chocolate (fig. 18).

O contexto sócio-económico em que se insere a Casa dos Bicos, a partir da segunda metade do século XVII, as ruas estreitas e sinuosas, que dificultam a circulação dum novo bem, o coche, e que agravam os problemas de higiene, com as consequentes epidemias, leva a que muitos elementos da nobreza prefiram o Bairro Alto. A Ribeira vai continuar com a sua vocação comercial, destacando-se na venda de géneros alimentícios. A Casa dos Bicos não ficará alheia a esta realidade e ainda antes de ser atingida pelo terramoto de 1755 já alberga um negociante de bacalhau de nacionalidade inglesa. Reduzida aos baixios, vai, no entanto, manter-se como uma referência na Ribeira Velha e da cidade, ao contrário dos palácios vizinhos que se diluem dentro duma roupagem pombalina.



Fig. 17
Compartimento
do séc. XVIII (lixreira)



Fig. 18
D. João V a ser servido de
chocolate pelo Duque de
Lafões, A. Castrioto, 1720,
Lisboa, Museu Nacional
de Arte Antiga





Os diamantes de Brás de Albuquerque:

brás sucessivo

TIAGO C.P. DOS REIS MIRANDA

*À memória do meu bisavô
Francisco Bartholomeu Rodrigues*

A SORTE DA CASA que há quinze anos abriga a equipa da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses tanto se explica pelo trabalho de pedra pouco vulgar da sua fachada meridional, como pelo lustre do nome de família de seu construtor.

Brás de Albuquerque nasceu numa quinta da vila de Alhandra mesmo no início do século XVI, filho bastardo do grande Albuquerque do Estado da Índia, que à saída do reino o legitimou (1506) e encomendou por escrito, na altura da morte (1515), aos cuidados do rei. Tendo em conta a lealdade do pretendente, D. Manuel rebaptizou o herdeiro com o nome do pai e não demorou a tomar para si o encargo de o fazer educar e enobrecer.

No ano de 1520, o jovem Afonso, titular de uma tença considerável, já se encontrava casado com D.^a Maria de Ayala e Noronha, filha de D. António, Conde de Linhares. Logo a seguir, teria funções de capitão de navio da armada que foi a Sabóia com a Infanta D.^a Beatriz (fig. 1). A confiança de l-el-rei D. João III valeu-lhe o encargo subsequente de Vedor da Fazenda; o consolidado prestígio no mundo da corte, sete eleições espaçadas para exercer o ofício de Provedor da Misericórdia. Foi, além disso, Vereador do Senado da Câmara da cidade de Lisboa, que dirigiu por alguns meses a partir de Dezembro de 1572, como

Fig. 1
D.^a Beatriz, Duquesa de Sabóia (1504-1538), Parma, Galeria Nacional



Fig. 2
Aforamento, Chancelaria
D. João I, L.º 3, Lisboa, IANT



primeiro Presidente. Octogenário, viria a morrer nas suas “Casas dos Bicos” cerca de onze anos mais tarde.

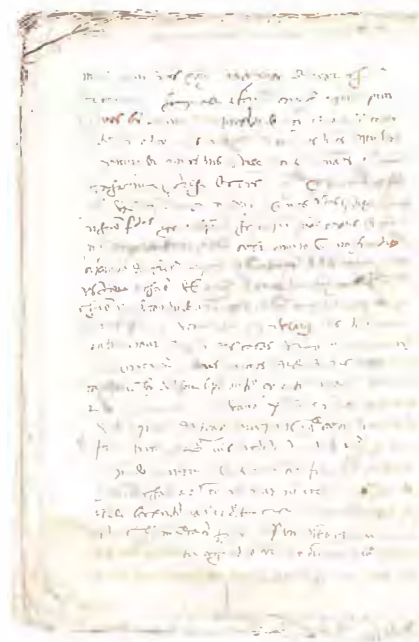
O público reconhecimento da importância que teve no quotidiano da Ribeira Velha ficou registado nos livros de óbitos da freguesia da Sé: desde meados do século XVI, a rua dos Arcos, na continuidade da do Almargem, às Portas do Mar, passou a ser conhecida como “rua de Afonso de Albuquerque”.

Parece possível que o terreno em que edifício se construiu já se encontrasse na posse da mesma família desde os tempos de D. João I.

É desse período (1409) uma carta de foro de duas casas na cidade de Lisboa, passada pelo monarca ao Escrivão da Puridade Gonçalo Lourenço Gomide, Senhor de Vila Verde (fig. 2). Seu primogénito, João Gonçalves Gomide Caldeira, iria casar-se com a Senhora D.^a Leonor de Albuquerque, filha de D.^a Constança Martins e de Gonçalo Vaz de Melo, Senhor da Castanheira. Desse matrimónio resultaram Gonçalo de Albuquerque, pai do conquistador da cidade de Goa, João de Albuquerque, avô de Jerónimo de Albuquerque Maranhão, D.^a Isabel, mulher de D. Fernando, Alcaide Mor de Leiria, e Pêro de Albuquerque. Ora, em 1470 surge nos registos de D. Afonso V uma carta de foro de uma vida a favor de Pêro de Albuquerque numas casas da rua da Ferraria, à Cerca Moura, anteriormente aforadas, com mais duas vidas, ao Escrivão Gonçalo Lourenço Gomide (fig. 3).

Ensina Júlio de Castilho que a rua da Ferraria teve depois a denominação de rua dos Confeiteiros e rua dos Bacalhoeiros. Trata-se, assim, precisamente, da mesma via que, segundo processo de prazos do Senado da Câmara, na freguesia da Sé, delimitava, da parte do sul, um terreno já pertencente a Afonso de Albuquerque em 1508 e que por volta de quinze anos depois, ou um pouco mais tarde, acolheria as fundações da Casa dos Bicos (fig. 4).

Tangenciando as torres da Cerca, a face meridional da habitação do jovem fidalgo apresentava quatro diferentes pavimentos: loja, sobreloja e dois andares nobres. Em toda a fachada, um extenso xadrez de relevos piramidais com pouco menos de um palmo de altura era rasgado por portas e por janelas em disposição assimétrica. Uma elegante *loggia* mediterrânica desenvolvia-se sob três arcos, logo por cima da sobreloja. Austeras molduras de pedra adquiriam às vezes aspecto polilobado, em forte contraste com os riscos horizontais das silharias. A rematar, eram visíveis a certa distância, e à mesma altura dos prédios vizinhos, três núcleos de quatro águas, em telha solta, praticamente iguais entre si. Rico trabalho de conjugação de soluções manuelinas, ou tradicionais, com um elemento decorativo inusitado, que a luz reflec-



Figs. 2 e 3
Aforamento, Leitura Nova,
Odiara, L.º 8, Lisboa, IANTT;
Escritura de aforamento,
1521, Foros, Freguesia da Sé,
Pasta 189, Mº 3, CML –
Arquivo Municipal de Lisboa

Fig. 5
Grande vista de Lisboa, pormenor
da Casa dos Bicos, atr. a Gabriel del
Barco, séc. XVIII, IPM – Museu
Nacional do Azulejo



tida na superfície do Tejo, ao longo dos dias, levava a animar-se em jogos de sombras (fig. 5).

O tempo que Brás de Albuquerque viveu na Ribeira parece haver sido partilhado com o da Quinta do Paraíso, em Vila Fresca de Azeitão. Comprada a D.^a Brites de Lara, essa fazenda já possuía, em 1528, um corpo● manuelino de casas em L, que o seu novo donoveio a querer alterar e enobrecer ao gosto da época, com colunatas, “casas de fresco”, bustos de imperadores e medalhões *della Robia*. Reynaldo dos Santos disse aí ver o empenho laborioso de Francisco de Arruda e Nicolau Chanterêne. Recentemente, também se aventou o “curso provável” de Diogo de Torralva. Os valiosos painéis de azulejos da casa do tanque datam de 1565 e estão assinados pelo ceramista Francisco de Matos. Pondo de parte as diferenças de escala, e ainda que na concepção da estrutura as Casas dos Bicos sejam cerca de dez a vinte anos mais velhas, parece notório terem já sido traçadas em consonância com um conjunto de referências eruditas similarmente relevantes. Paulo Pereira presume outra vez a intervenção fundamental do mestre do baluarte do Restelo.

No mês de Janeiro de 1568, Brás de Albuquerque e D.^a Maria de Noronha vincularam em morgado a sua Quinta do Paraíso, constituída por “assento de casas, pomar, vinhas, cerrados, foros, havidos e por haver”. Junto com ela, a moradia da Cerca Moura, às Portas do Mar, para que do seu rendimento se procedesse ao sustento do hospital ou albergaria de São Simão, nas proximidades da quinta.

A alegada falta de filhos legítimos no instante da morte do instituidor acarretou uma longa disputa judicial. Nela tomaram partido a segunda mulher do fidalgo, D.^a Catarina de Meneses, e um filho menor, de origem bastarda, não muito antes legitimado pelo monarca: D. João Afonso. Juntou-se depois à demanda D.^a Joana de Albuquerque, filha de Pedro de Barreto e bisneta do 4.^o Senhor de Vila Verde, Fernão de Albuquerque. Num primeiro momento, D. João Afonso chegou a desfrutar da posse efectiva do novo morgado, tendo “assinados os seus alimentos” na quinta de Azeitão, segundo o testemunho de Manoel Álvares Pêgas. A Casa da Suplicação houve por bem, no entanto, sentenciar a pendência, em 1608, a favor do herdeiro de D.^a Joana: Jerónimo Teles Barreto de Albuquerque. Pouco depois, também por sentença, a posse do vínculo foi transferida por via fraterna para a Senhora D.^a Maria de Mendonça, esposa do comendador D. Jerónimo Manuel, por alcunha “o Bacalhau” (origem provável da mais usual denominação das terras nobres de Vila Fresca: Quinta da Bacalhoa).

Pouco se sabe sobre os senhores da Casa dos Bicos entre o intervalo da morte de D. Jerónimo (1620) e o início da década de 1640. A tradição dos nobiliários costuma referir como sucessor imediato o filho bastardo de Brás de Albuquerque. E, com efeito, em Outubro do ano de 1649 D. João Afonso de Albuquerque e sua segunda mulher, D.^a Violante de Távora, instituíram novo morgado, assente no prédio das Portas do Mar, com obrigação do uso das “armas dos Albuquerques sem nenhuma mistura” e do respectivo apelido, “sem nenhum outro”. Os descendentes de Pedro Barreto e de D. Jerónimo Manuel ficaram então afastados para sempre da herança desse bem, por expresso desejo de D. João. Em seu lugar, foi nomeado António de Albuquerque Pinheiro, filho mais velho do mameluco Jerónimo de Albuquerque, conquistador do Maranhão. Daí em diante, até ao terceiro quartel do século XIX, a casa das “pontas de diamante” manteve-se basicamente na mesma linha de descendência; apenas por duas vezes se verificaram pequenos desvios laterais: na morte do capitão-mor de Pernambuco Afonso de Albuquerque e do Senhor de Lamasrosa e Barbacena, Brás Teles de Meneses e Faro. Foram chamados à sucessão, em ambos os casos, sobrinhos direitos dos titulares.

Entretanto, e por motivos não muito claros, desde o final da dinastia dos Habsburgo deixara de haver a original ligação com o morgado

da Quinta do Paraíso. Sua posse acabaria por ir parar aos Condes de Mesquitela.

De acordo com os dados ora disponíveis, parece provável que só três dos senhores da Casa dos Bicos nela tenham vivido regularmente: o primeiro Presidente do Senado da Câmara, Brás de Albuquerque, D. Jerónimo, o Bacalhau, e o capitão de cavalos Manuel Teles de Menezes e Faro. D. Fernando Martins Mascarenhas (1614), o Padre Vicente Nogueira (1630-31) e o Conde D. Sancho, de Odemira (1640-41), formam o grupo dos arrendatários mais afamados. De resto, entre os ocupantes do edifício que deixaram registo nos paroquiais do cartório da Sé, poucos nomes se destacam. Na maior parte dos casos, são servidores domésticos, negociantes de praça e artesãos de parcos recintos. Vivem aí precariamente com as famílias, a dividir espaços roubados às suas funções originais e, muitas vezes, mal protegidos do movimento e dos olhos do público. Ainda no tempo de D. João Afonso, os habitantes da parte de cima da freguesia da Sé exerciam o direito de utilizar livremente uma porta do prédio que lhes permitia o acesso a um passadiço interior, em direcção ao mercado da Ribeira (1642). O Senhor Conde de Odemira, também nessa época, fazia questão de manter uma sua cocheira defronte da casa. Do lado do sul, bancas de venda improvisadas levavam para dentro da residência as silhuetas, as exalações e os ruídos das gentes de fora.

Um excelente desenho sobre azulejos do início do século XVIII ilustra em pormenor o aspecto exterior da Casa dos Bicos, vista do Tejo. No que toca à interacção da fachada com a praça fronteira, para além do telheiro de tábuas corridas, merece destaque o taipal que recobre dois dos arcos da *loggia* renascentista e altera o formato do vão do terceiro, deixando-o menor. Mais a nascente, os quatro corpos da galeria de outro edifício da mesma altura parecem ter sido inteiramente vedados. Sinais que indiciam uma geral redução dos espaços restritos de aparato e recreio, provavelmente explicável pela mudança dos gostos e pela alteração do perfil social dos habitantes da zona (fig. 6).

Por altura do terramoto de 1755, o crescimento populacional da freguesia da Sé e seus arredores era já negativo há mais de cem anos. Os responsáveis por esse declive, ainda no início do século XVI, teriam sido surtos de peste. Anos depois, coube a uma parte dos mercadores e da nobreza da região a busca de sítios alternativos de residência.



Fig. 6
A Ribeira Velha antes de 1755.
CML – Museu da Cidade

O maremoto e os incêndios que se seguiram ao grande tremor determinaram, por fim, um enorme desastre demográfico: em poucos minutos, ficaram de todo arruinados grande parte dos templos religiosos, centenas de casas de paroquianos humildes e quase todas as moradias palacianas das zonas de cota mais baixa.

Os danos na Casa dos Bicos foram volumosos. Do lado do sul, caíram por terra os pavimentos mais nobres, as cantarias polilobadas e o escudo de pedra com o brasão do morgado. Do lado da rua de Afonso de Albuquerque, apenas ficaram de pé uma parte do muro do piso de acesso e o arranque de um portal.

Ao menos desde essa época, achava-se ali a morar um armazénista e comerciante de origem inglesa dedicado ao negócio do bacalhau: actividade de grossos proveitos que, com o tempo, se espalhou na rua, sendo exercida nos, chãos vinculados, por inquilinos subsequentes. No ano de 1807, passa para as mãos do ex-empregado Caetano Lopes da Silva. É ele que tira proveito da situação de penhora do edifício, em meados da década de 1820, arrematando-o em hasta pública. Onze anos depois, a venda seria anulada em tribunal, por desrespeitar os efeitos das disposições de D. João Afonso. Decide, contudo,

o bacalhoeiro, permanecer no imóvel e assinar um novo contrato de arrendamento, a longo prazo. Em fins do terceiro quartel do século XIX, será o seu neto, Joaquim Caetano Lopes da Silva, o responsável por acabar de uma vez com a sequência de herdeiros de Brás de Albuquerque na história da posse da Casa.

O uso do espaço mantém-se ligado ao comércio do bacalhau ainda no início do século XX. Foi no intuito provável de melhorar as condições de transporte desse produto que em 1915 a sociedade Neto & C.^{ia} Ltd.^a requereu permissão aos serviços da Câmara para construir “no barracão” da rua de Afonso de Albuquerque (fig. 7) um conjunto de estruturas que permitissem o alojamento de um cavalo. Especificamente, estavam previstos uma clarabóia, um pesebre e uma manjedoura. Nesse mesmo ano, também se fizeram projectos de instalação de uma retrete para empregados da firma, de um elevador entre os andares, da remoção de tabiques, da demolição da chaminé, do restauro de estuques e da pintura de algumas paredes.

A responsabilidade pela salvaguarda do remanescente da fachada dos bicos passara a ser formalmente partilhada pelo Estado desde o decreto de classificação como Monumento Nacional, de meados de Junho de 1910. Os mais relevantes despachos sobre a utilidade e o futuro do prédio continuaram porém a emanar, durante algum tempo, acima de tudo, dos órgãos da Câmara. Aos vinte de Dezembro de 1926, a Comissão Administrativa da cidade de Lisboa chegaria, inclusive,

Fig. 7
Fachada da rua de Afonso
de Albuquerque, primeira metade
do séc. XX, CML – Arquivo Fotográfico





Fig. 8
Fachada da rua
dos Bacalhoeiros, primeira metade
do séc. XX, CML – Arquivo Fotográfico

a aprovar uma proposta do Vogal Henrique Quirino da Fonseca, determinando a expropriação do imóvel e a reconstrução da estrutura anterior ao terramoto, para que nela se pudesse instalar o Museu da Cidade. As razões aduzidas a favor dessa ideia, para além da memória de Brás de Albuquerque, incluíam o novo desafogo da frente ribeirinha, demolido que fora o casario setecentista existente entre a rua da Alfândega e a rua dos Bacalhoeiros. Muitas consultas se efectuaram então, sob os cuidados do solicitador da Edilidade, na tentativa de avaliar o justo valor a pagar aos interessados no processo; a aparente impossibilidade de estabelecer um acordo com todas as partes relegou, no entanto,

outra vez os órgãos da Câmara, por mais alguns anos, ao seu papel de fiscalização das cada vez mais necessárias intervenções de limpeza e restauro.

Assim, ao longo da década de 1940, D.^a Daisy Maria da Silva, proprietária do edifício, foi constrangida a mandar reparar o telhado, lavar com escova de arame as cantarias, refazer a pintura das portas e dos caixilhos e ordenar a caiação das paredes. Em 1950, uma firma armazenista de mercearias informava o desejo de proceder à contratação de uma empreitada para tratar da regularização do escoamento de esgotos. E em 1958 a direcção da tipografia J. Gomes Monteiro Ltd.^a tornava a escrever aos mesmos serviços, sobre a necessidade de levar a efeito a reparação das infiltrações que danificavam o equipamento da sua casa de máquinas. Mas, nessa altura, já a Câmara adquirira outro estatuto no processo.

O acordo com os herdeiros de Lopes da Silva fora finalmente alcançado sob a presidência de Álvaro Salvação Barreto (1955). Daí em diante, sucederam-se as encomendas oficiais a ateliers de arquitectura e os trabalhos de intervenção para reabilitar o imóvel, visando uma sua possível utilização como espaço museológico relacionado com a presença dos portugueses no Oriente. A grande empreitada dos últimos anos foi, no entanto, a do início da década de 1980, que pretendeu restaurar a volumetria original do edifício, a partir de uma série de testemunhos iconográficos e manuscritos anteriores ao desmonoramento, complementados pelo estudo de construções europeias de concepção semelhante.

Sobre a fachada sul, voltaram a ver-se nos pisos mais nobres as amplas janelas do século XVI, com traça moderna e em metal. As aberturas ao nível da loja foram fechadas a portas de ferro com estrutura quadriculada, acompanhando as esquadrias da malha dos bicos. No espaço de dentro, valorizou-se a existência da escadaria que ligava a entrada da rua de Afonso de Albuquerque ao andar da Ribeira, e erigiu-se em seu redor um grande saguão, guardado por novas colunas de vidro. Ainda na loja, deixou-se a descoberto os testemunhos arqueológicos desenterrados pelos trabalhos de escavação que uma equipa do I.P.P.C. realizou no local antes da abertura do núcleo temático “A Dinastia de Avis e a Europa do Renascimento” da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa (1983).

As mesmas paredes que, ao longo do tempo, já abrigaram, portanto, os descendentes de destacados conquistadores de terras da Índia e do Brasil, além de encerrarem diversas histórias que, com eficácia, ilustram o trajecto de uma parte importante de toda a Ribeira, servem agora de escritório aos funcionários e dirigentes da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Por quinze anos, esta entidade tem vindo a promover uma vasta gama de actividades culturais relacionadas com as grandes navegações do período moderno. Prepararam-se aqui as celebrações dos 450 anos da chegada dos portugueses ao Japão (1993), bem como os centenários da dobragem do Cabo da Boa da Esperança (1988), do nascimento do Infante Dom Henrique (1994), da assinatura do Tratado de Tordesilhas (1994), da viagem de Vasco da Gama (1998), da de Pedro Álvares Cabral (2000) e da descoberta da Terra Nova (2001). Coube também à C.N.C.D.P. assegurar a representação portuguesa na Exposição Universal de Sevilha e na Exposição Internacional da cidade de Génova (1992), logo depois do lançamento da candidatura da Exposição Internacional de Lisboa (Expo '98). Durante este ano, promovem-se ainda iniciativas especiais para marcar a passagem do quinto centenário do nascimento de Pedro Nunes e de Damião de Góis – contemporâneos de Brás de Albuquerque.

No seu percurso *De Olisipo a Lisboa*, a Casa dos Bicos volta a viver um período de franca dedicação ao serviço do público.

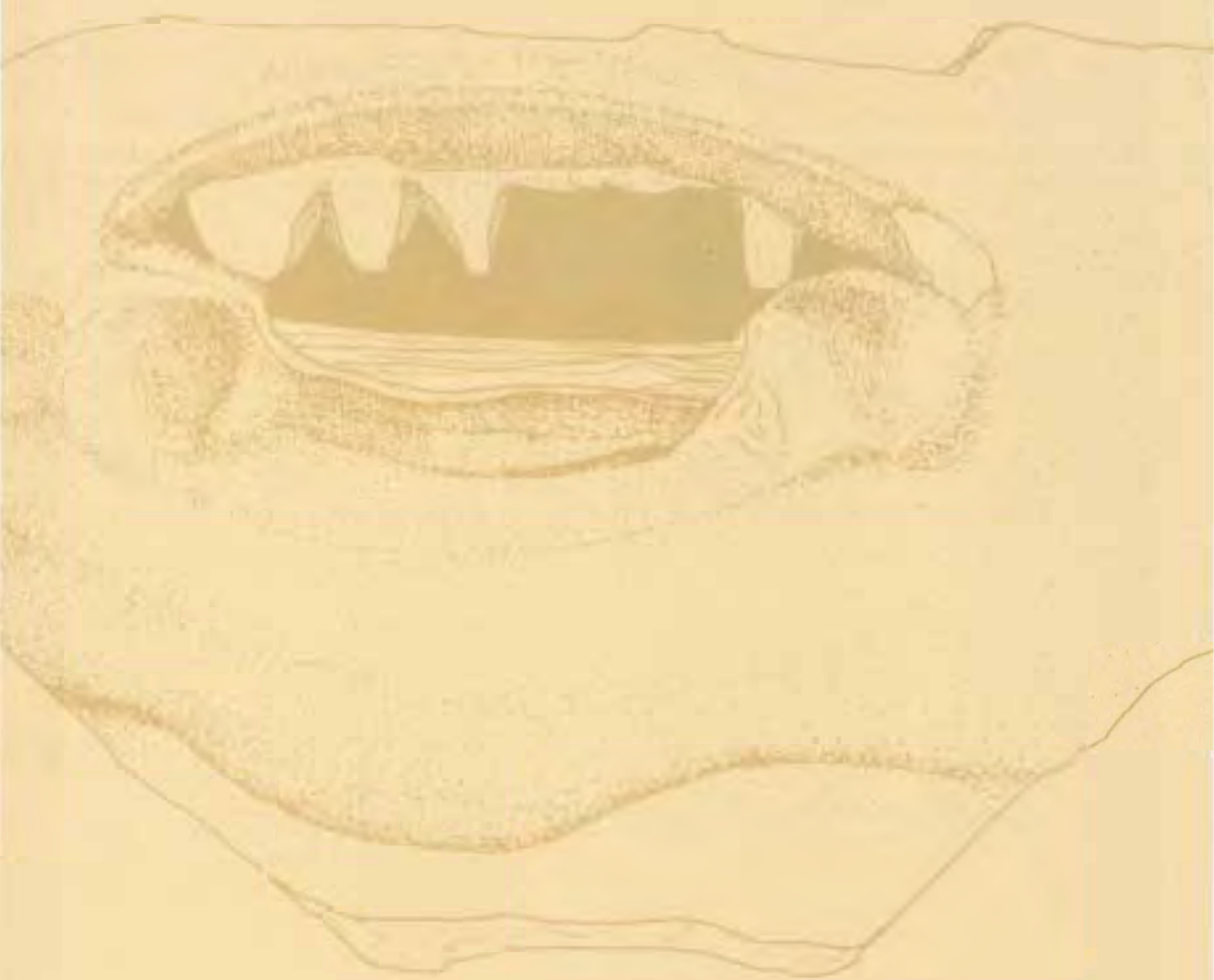
Proprietários e Ocupantes da Casa dos Bicos

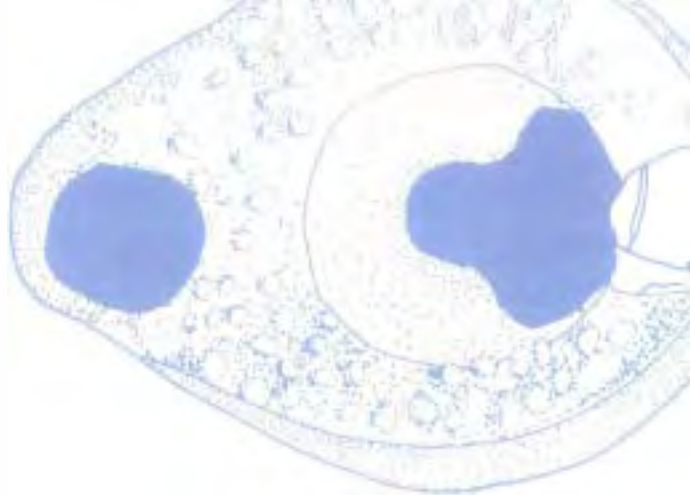
Tábua Cronológica

	Proprietários	Ocupantes	
c.1523/1530	Brás de Albuquerque	Sebastião Garcia	1565
		António Velho	1565
		Brás de Albuquerque (†1581)	1581
1581-1585	D. João Afonso de Albuquerque (posse efectiva)		
1585-1608	Disputa judicial entre D. João Afonso de Albuquerque, D.ª Catarina de Meneses e D.ª Joana de Albuquerque, entre outros.	António Bocarro, cc. Mécia Pimentel (†1600)	1600
1608	Jerónimo Teles Barreto (filho de D.ª Joana de Albuquerque)	António Carvalho, cc. Leonor de Almeida	1606
1609-1620	D.ª Maria de Mendonça de Albuquerque, cc. D. Jerónimo Manuel (o <i>Bacalhau</i>)	D. Belchior de Teive e família	1609-1610
		D. Jerónimo Manuel (†1620)	1612-1620
		D. Fernando Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve	1614
		P.e Vicente Nogueira	1630-1631
		Conde de Odemira	1640-1641
[antes de] 1642-1649	D. João Afonso de Albuquerque	[arrendatários]	
1649-16__	António de Albuquerque Maranhão (filho de Jerónimo de Albuquerque Maranhão)	Manuel Fialho	1651
		José Freire	1652
		Pedro Gonçalves e família	1652
16__	Afonso de Albuquerque, cc. D.ª Antónia Margarida de Castelo Branco	António Marques e família	1653
		Francisco Pereira e família	1653
		António Carneiro de Andrade	1655
		António Carvalho, cc. Sebastiana Pinheiro	1659
		Dr. António Robalo Freire	1659
		Francisco da Costa (†1686), cc. Maria da Orta	1686
16__-1737	Manuel Teles de Meneses Faro e Albuquerque (filho de Brás Teles de Meneses e D.ª Antónia Margarida de Castelo Branco)	Isabel Nunes (†1693)	1693
		Domingos Domingues e família	1713
		Manuel Teles de Meneses Faro e Albuquerque, cc. D.ª Ana Helena de Castro (†1722)	1722
		F. Machado, cc. Francisca Maria dos Santos (†1728)	1728
		Manuel Luís e família (1730)	1730
17__-1745	Brás Teles de Meneses Faro e Albuquerque		

	Proprietários	Ocupantes	
1745	Francisco Xavier Teles de Melo (sobrinho de Brás Teles de Meneses)	Francisco Fernandes do Outeiro, cc. Ana Afonso (†1755)	1755
17__	Pedro Teles de Melo Albuquerque e Brito Faria de Faro e Meneses		
1__-182__	Francisco Teles de Melo	António Affonso d'Abreu	1772-1807
1827-1838	Caetano Lopes da Silva (por compra em praça pública)	Caetano Lopes da Silva	1806
1838-186__	Pedro João Teles de Melo (por decisão judicial)	Caetano Lopes da Silva	
1866-1873	Francisco Maria Teles de Melo	Família de Caetano Lopes da Silva	
1873	Joaquim Caetano Lopes da Silva (por compra)		
1877	D. ^a Maria Guilhermina da Silva		
1899-1905	José Joaquim Lopes da Silva		
1905-19__	Daisy Maria da Silva		
		Nettos & C. ^{ia} L. ^{da}	1915
		Cinco inquilinos; entre eles, Viana & C. ^{ia} L. ^{da} e Francisco Benito & C. ^{ia} L. ^{da}	1927
		Armazéns Tête L. ^{da}	1950-1953
1955	Câmara Municipal de Lisboa (por compra)		
		J. Gomes Monteiro L. ^{da}	1958
		Obras de consolidação (Raúl Lino)	1969-1974
		Instituto Português do Património Cultural (escavações)	1981-1982
		XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa	1983
		Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses	1987-

FONTES: Arquivo Municipal de Lisboa, Obra N.º 25744: MACEIDO, Luiz Pastor de, *Lisboa de lá-va-lá*, [1.ª ed. 1910], 3.ª ed., Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1951-1955, 5 Vol.; LOURENÇO, Ana Cristina, e JANEIRO, Helena Pinto, *Lisboa, freguesia da Sé*, [Lisboa], Contexto, Editora, Lda., [1992] ("Cuius Contexto", 17).





Catálogo de peças

DA IDADE DO FERRO AO PERÍODO ROMANO

1 ÂNFORA

Cerâmica Comum

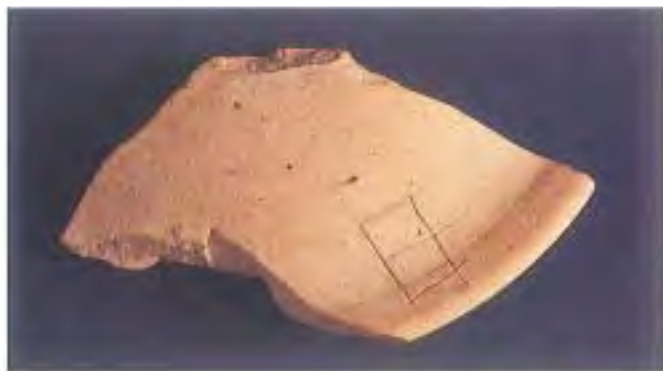
Ânfora vinária, Dressel 1, variante A.

Origem provável: Campânia, Itália

Diâmetro do bojo: 340 mm

Cronologia: Finais do séc. II –
princípios do séc. I a.C

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/51 c



2 PRATO

Cerâmica de engobe vermelho

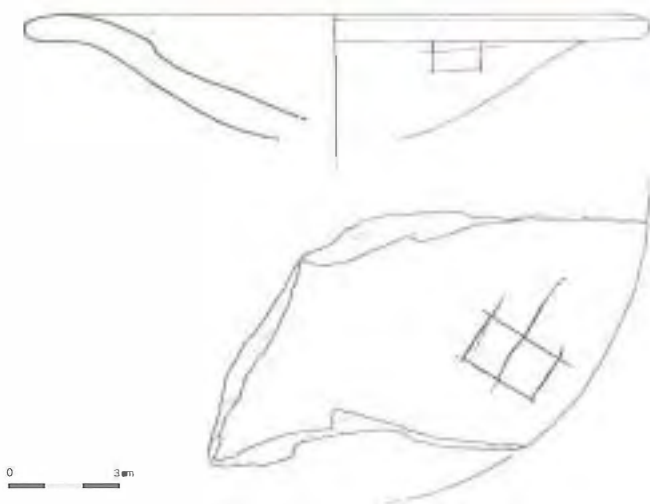
Prato com grafito na aba,
que se filia culturalmente na área
do Mediterrâneo Oriental.

Diâmetro do bordo: 172 mm

Largura do bordo: 35 mm

Cronologia: Séc. VII – VI a.C.

Inv. n.º MC.ARQ/CB.52/48 c



3 TAÇA

Cerâmica Campaniense

Taça de verniz negro lustroso, com asa bífida.

Origem provável: Etrúria

Setentrional e Central.

Cronologia: Atribuível

à 2ª metade do séc. II a.C.

Largura máxima: 130 mm

Altura: 97 mm

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 50 c

4 PEQUENA TIGELA

Imitação da cerâmica tipo

Campaniense; Lamboglia 2

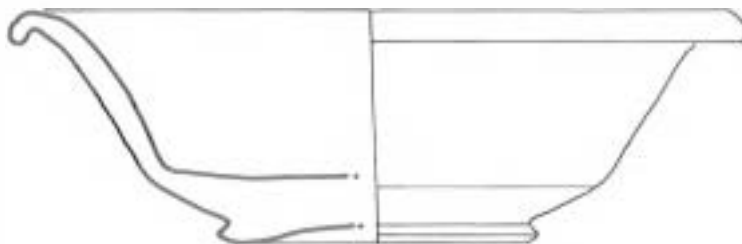
De fabrico local/ regional.

Cronologia: Séc. I a.C.

Diâmetro do bordo: 105 mm

Altura: 33 mm

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/66 c



5 LUCERNA (FRAGMENTO)

Cerâmica

Lucerna de bico com volutas duplas, com orifício de arejamento entre as mesmas. Disco decorado com equipamento de gladiadores (Q 876 do catálogo do Museu Britânico).

Dressel – Lamboglia 11

Comprimento: 68 mm

Altura do bico: 28 mm

Cronologia: 2º quartel do séc. I d.c
ao final dos Flávios

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.52/52 c



6 LUCERNA (FRAGMENTO)

Cerâmica

Fragmento de orla decorada com elementos vegetalistas.

Dressel – Lamboglia 28 ou 30

Comprimento: 90 mm

Altura máxima: 20 mm

Comprimento do bico: 22 mm

Cronologia: Séc. III

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.52/53 c



0 3cm



0 3cm

7 LUCERNA

Cerâmica

Orla decorada com três filas
de pérolas.

Dressel – Lamboglia 30

Diâmetro do disco: 50 mm

Diâmetro da base: 26 mm

Altura: 30 mm

Cronologia: Séc. III

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/54 c



8 DADO

Ossó

Comprimento: 9 mm

Largura: 9 mm

Cronologia: Período Romano

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/2 o

9 DADO

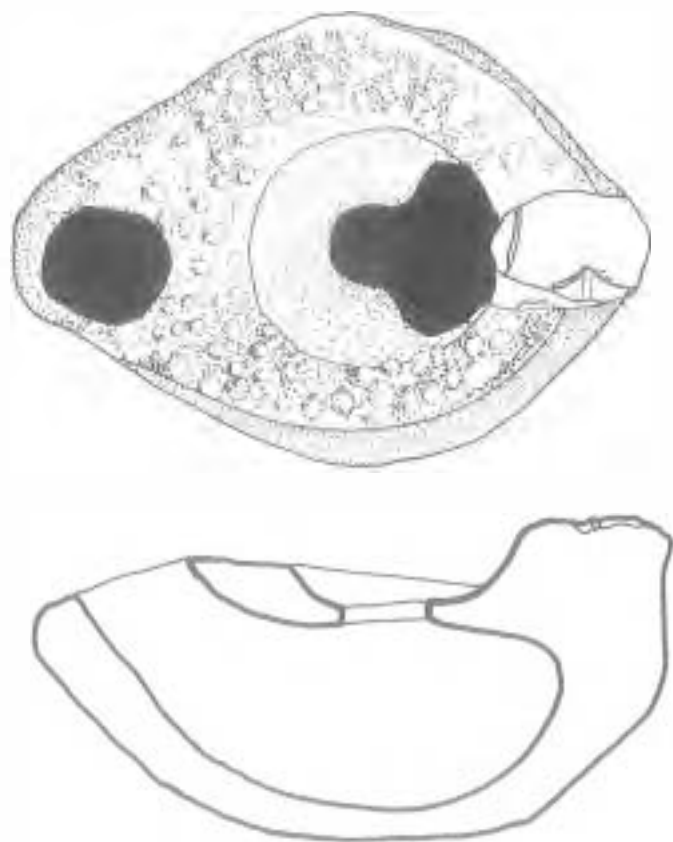
Azeviche (?)

Comprimento: 8 mm

Largura: 8 mm

Cronologia: Período Romano

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/1 ●



10 FUSAIÓLA

Osso

Diâmetro: 25 mm

Largura do orifício: 5 mm

Cronologia: Período Romano

Inv. n.º MC.ARQ/CB.825 o





11 FRAGMENTOS DE ESTUQUE
Decorados com pintura a fresco.
Cronologia: Séc. I d.C.

Insc. n.ºs MC.ARQ/ CB.82/ 1- 6 mc

12 FUNDO DE GARRAFA
PRISMÁTICA

Vidro

Decorada com motivo
zoomórfico em atitude
de movimento.

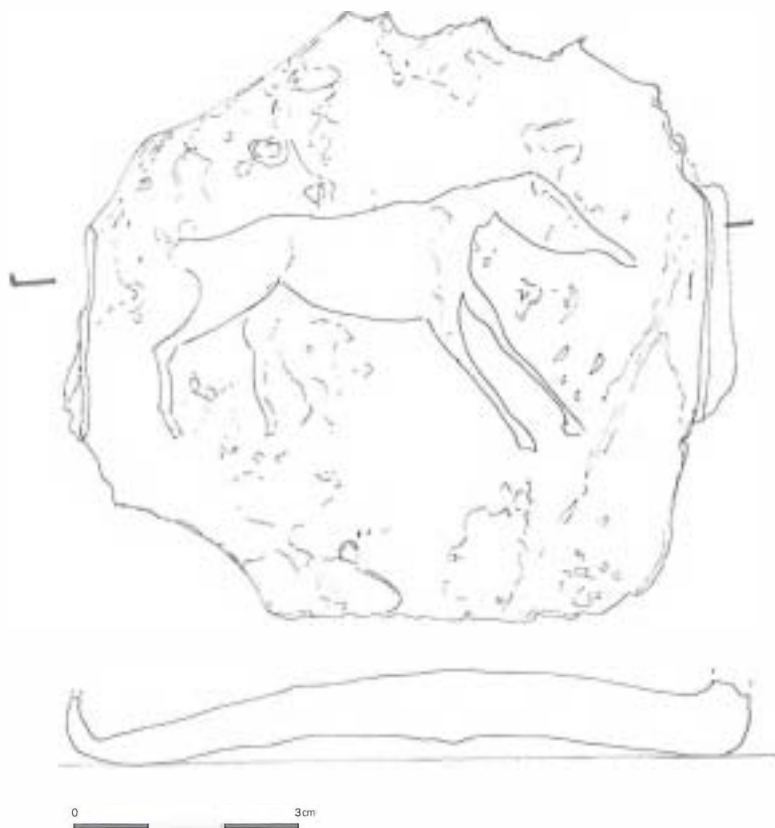
Marca de fabricante (?)

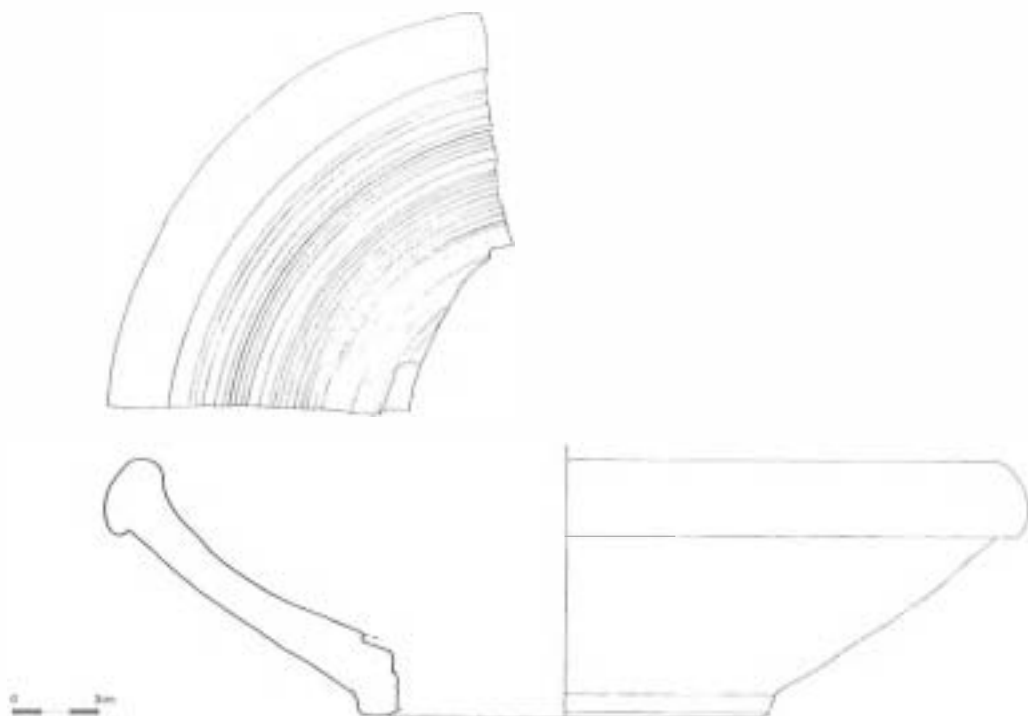
Comprimento: 90 mm

Largura: 90 mm

Cronologia: Séc. I – II d.C.

Insc. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 18 v





13 ALMOFARIZ

Cerâmica

Diâmetro do bordo: 328 mm

Altura: 90 mm

Cronologia: Período Romano

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 73 c

14 CAPITEL

Pedra de lioz

Capitel corintizante de coluna de adossamento. A decoração vegetalista divide-se em dois andares, ocupando o superior a maior parte da peça.

Altura total: 390 mm

Altura do ábaco: 70 mm

Profundidade da base: 200 mm

Comprimento total: 420 mm

Cronologia: Séc. II d.C.

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 2 ea





DO SÉCULO XII
À CONSTRUÇÃO DA CASA

15 JARRINHO

Cerâmica comum

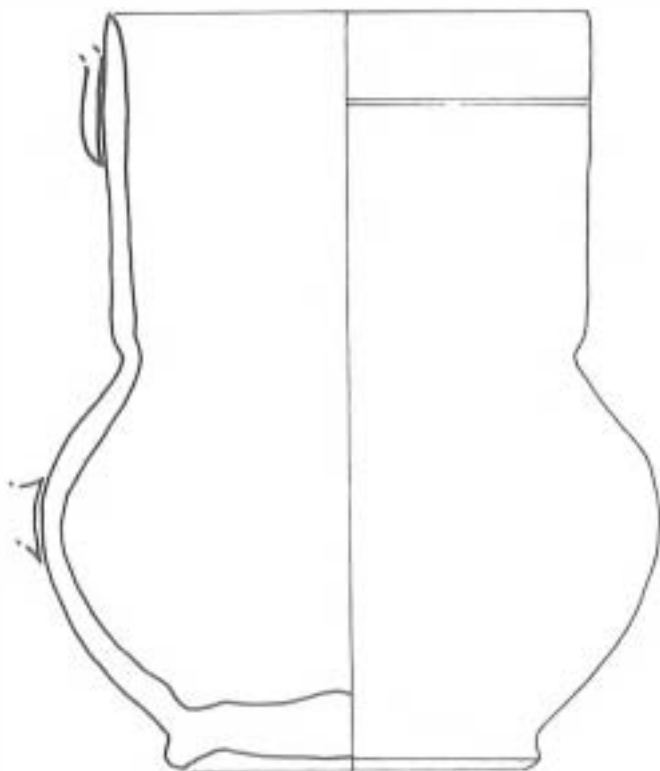
Diâmetro do bordo: 84 mm

Diâmetro do fundo: 53 mm

Altura: 109 mm

Cronologia: Séc. XI

Invent. n.º MC.ARQ/ CB.82/55 c



0 3cm

16 TIGELA

Cerâmica decorada a “corda seca”
total

Diâmetro do bordo: 245 mm
(aproximadamente)

Cronologia: 1ª metade do séc. XII

Inventário n.º MC.ARQ/ CB.82/ 44 c

17 COPO

Cerâmica comum

Diâmetro do bordo: 73 mm

Diâmetro do pé: 52 mm

Altura: 115 mm

Cronologia: Séc. XIV – XV

Inventário n.º MC.ARQ/ CB.82/ 56 c





18 CANDEIA

Cerâmica comum

Comprimento: 83 mm

Altura: 40 mm

Cronologia: Séc. XIV – XV

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/21 c

19 TAMPA (FRAGMENTO)

Cerâmica de reflexo metálico, pintada a azul e dourado, apresentando vestígios de uma inscrição.

Fabrico provável: Paterna/ Manizes, Valência.

Altura máxima: 198 mm

Diâmetro do bordo: 198 mm

Cronologia: Séc. XV

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/28 c



20 FUNDO DE POTE

Cerâmica de reflexo metálico, com vestígios de pintura a dourado.

Fabrico provável: Paterna/ Manizes, Valência

Diâmetro do fundo: 89 mm

Altura máxima: 81 mm

Cronologia: Séc. XV

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 36 c



21 AZULEJO SEVILHANO DE BARRA

Cerâmica vidrada

Decorado com ornamentos florais.

Comprimento: 146 mm

Largura: 127 mm

Cronologia: 1ª metade do séc. XVI

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 71 c



22 AZULEJO SEVILHANO

Cerâmica vidrada

Decorado com ornamentos florais,
de influência renascentista.

Comprimento: 128 mm

Largura: 118 mm

Cronologia: 1ª metade do séc. XVI

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 70 c



23 LOSETA (BRASÃO)

Elemento cerâmico de pavimento
de origem levantina (Manizes).

Comprimento: 100 mm

Largura: 63 mm

Cronologia: Séc. XV – XVI

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 69 c

24 LOSETA (TREVO)

Cerâmica de pavimento de origem
levantina (Manizes).

Comprimento: 102 mm

Largura: 102 mm

Cronologia: Séc. XV – XVI

Inv. n.º MC. ARQ/ CB.82/ 68 c



DA CONSTRUÇÃO
AO TERRAMOTO DE 1755

25 BASE DE PORTAL
DA CASA DOS BICOS

Calcário

Com decoração zoomórfica.

Altura: 290 mm

Largura lateral: Entre 310 e 360 mm

Cronologia: Cerca de 1530

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 3 e a



26 ELEMENTO DE FACHADA

Calcário

Silharia decorativa “ em bicos” ou
“ponta de diamante”; composto por
relevo em pirâmide e elemento liso.

Comprimento: 450 mm

Largura: 400 mm

Cronologia: Cerca de 1530

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 4 a e

27 TAÇA

Cerâmica modelada

Diâmetro do bordo: 125 mm

Diâmetro do fundo: 85 mm

Altura: 80 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/16 c



28 MALGA

Cerâmica vidrada

Diâmetro do bordo: 165 mm

Diâmetro do fundo: 75 mm

Altura: 75 mm

Cronologia: Meados do séc. XVI –
meados do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/13 c

29 TAÇA

Cerâmica vidrada

Diâmetro do bordo: 150 mm

Diâmetro do fundo: 61 mm

Altura: 70 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/12 c

30 PÚCARO

Cerâmica

Diâmetro do bordo: 80 mm

Diâmetro do fundo: 50 mm

Altura: 77 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/15 c

31 POTE

Cerâmica vidrada

Diâmetro do bordo: 60 mm

Diâmetro do fundo: 47 mm

Pança: 88 mm

Altura: 96 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/8 c



32 POTE

Cerâmica vidrada

Diâmetro do bordo: 59 mm

Diâmetro do fundo: 47 mm

Pança: 87 mm

Altura: 90 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/9 c

33 BILHA

Cerâmica

Diâmetro da boca: 72 mm

Diâmetro do fundo: 79 mm

Altura: 270 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.52/2 c

34 BILHA

Cerâmica

Diâmetro do bordo: 72 mm

Diâmetro do fundo: 80 mm

Altura: 310 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/CB.52/1 c

35 PANELA E TESTO

Cerâmica

Diâmetro do bordo: 133 mm

Diâmetro da boca: 86 mm

Altura: 131 mm

Cronologia: Séc. XVII – inícios do XVIII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.52/4 c

36 CACHIMBO

Cerâmica

Com pequena fractura na boquilha; a fornalha apresenta vestígios de enegrecimento.

Fabrico: Provavelmente local

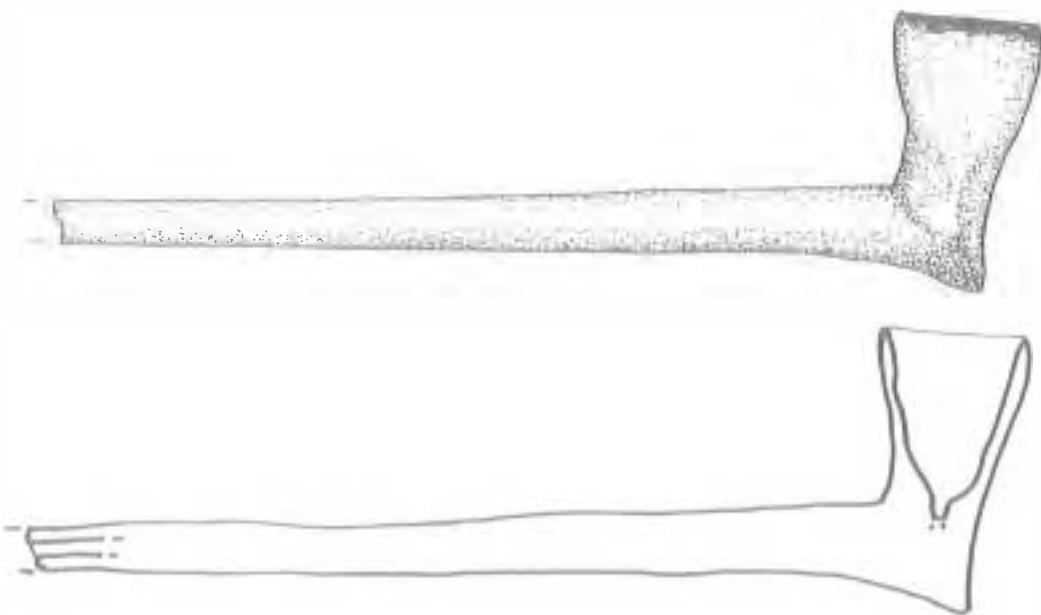
Comprimento: 119 mm

Diâmetro do copo: 19 mm

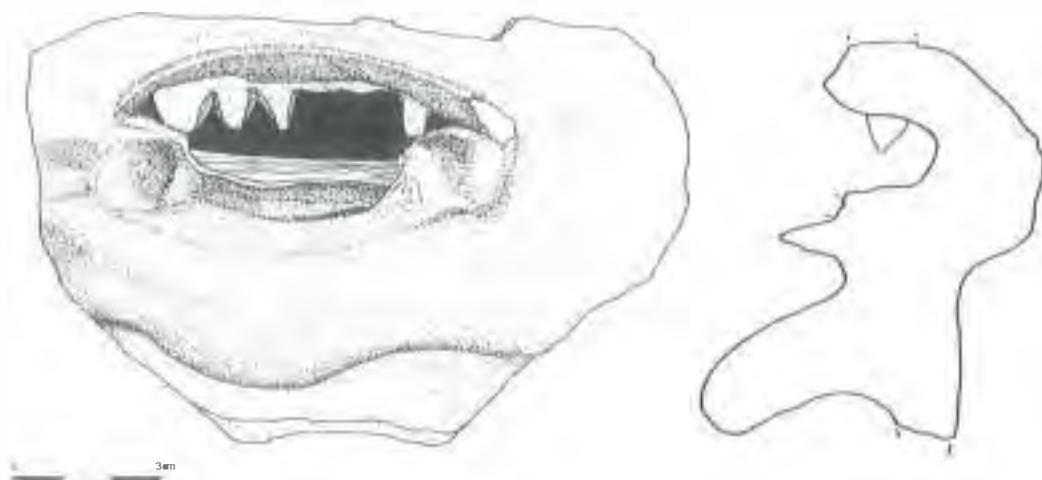
Altura do copo: 36 mm

Cronologia: 2ª metade do séc. XVII – 1ª metade do séc. XVIII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.52/74 c



0 3cm



37 CASTIÇAL

Cerâmica vidrada

Altura: 220 mm

Diâmetro do fundo: 167 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/11 c



38 ELEMENTO ANTROPOMÓRFICO (FRAGMENTO)

Cerâmica comum

Fragmento de gárgula (?)

Comprimento máx.: 140 mm

Altura máx.: 89 mm

Cronologia: séc. XVI – XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/58 c



39 TAÇA

Faiança

Interior decorado com uma flor
estilizada no fundo, em azul.

Diâmetro do bordo: 152 mm

Diâmetro do fundo: 94 mm

Altura: 50 mm

Cronologia: 2ª metade do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/39 c

40 TAÇA

Faiança

Decorada na parte externa com semi-círculos e no interior com um “arabesco” no fundo, em azul cobalto.

Diâmetro do bordo: 118 mm

Diâmetro do fundo: 60 mm

Altura: 59 mm

Cronologia: 2ª metade do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/59 c

41 PRATO

Faiança

Com o brasão dos Silvas no interior, no fundo: um leão rompante.

Diâmetro do bordo: 210 mm

Diâmetro do fundo: 120 mm

Altura: 33 mm

Cronologia: 2ª metade do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/60 c

42 TAÇA

Faiança

Com o brasão dos Silvas no interior, no fundo.

Diâmetro do bordo: 124 mm

Diâmetro do fundo: 60 mm

Altura: 60 mm

Cronologia: 2ª metade do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/61 c



43 TAÇA PEQUENA

Faiança

Com o brasão dos Silvas no interior,
no fundo.

Diâmetro do bordo: 96 mm

Diâmetro do fundo: 48 mm

Altura: 52 mm

Cronologia: 2^a metade do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/33 c



44 PRATO

Faiança

Decorado com motivo de rendas
em tons de azul.

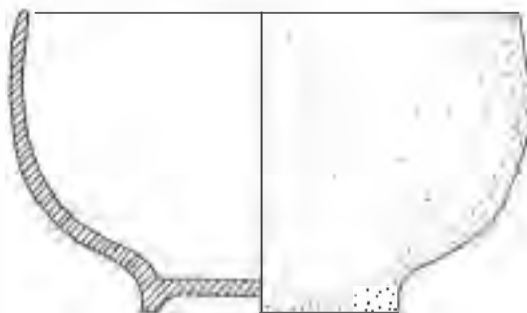
Diâmetro do bordo: 209 mm

Diâmetro do fundo: 114 mm

Altura: 30 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/63 c



0 3cm



45 PRATO PEQUENO

Faiança

Decorado com motivo de rendas em tons de azul e castanho.

Diâmetro do bordo: 144 mm

Diâmetro do fundo: 56 mm

Altura: 31 mm

Cronologia: 2ª metade do séc. XVII

Inv. n.º MC-ARQ/ CB.82/41 c

46 PRATO

Faiança

Decorado no interior com triângulos curvilíneos, apresentando no centro uma palmeira inserida numa cartela, tudo em azul cobalto.

Diâmetro do bordo: 200 mm

Diâmetro do fundo: 119 mm

Altura: 33 mm

Cronologia: 1ª metade do séc. XVII

Inv. n.º MC-ARQ/ CB.82/64 c



47 PRATO CÔVO

Faiança

Decorado no interior com triângulos curvilíneos, apresentando no centro uma palmeta inserida numa cartela, em azul.

Diâmetro do bordo: 191 mm

Diâmetro do fundo: 123 mm

Altura: 43 mm

Cronologia: 1ª metade do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/37 e





48 POTE (CONJUNTO DE DOIS)

Faiança

Decorado com o motivo das «três contas» em tons de azul e castanho.

Diâmetro do bordo: 80 mm; 83 mm

Diâmetro da base: 74 mm; 76 mm

Altura: 160 mm; 163 mm

Cronologia: 2ª metade do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.52/65 c; 40 c

49 VASO DE NOITE

Faiança

Decorado com uma faixa barroca com dois tons de azul.

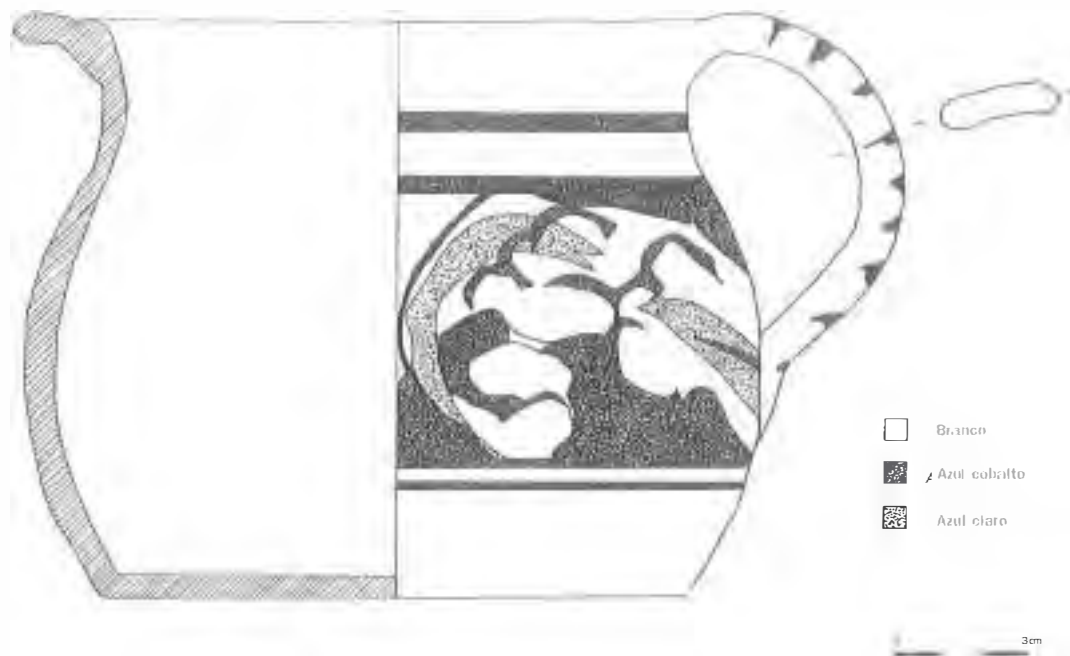
Diâmetro do bordo: 174 mm

Diâmetro do fundo: 130 mm

Altura: 132 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.52/29 c



50 VASO DE NOITE

Faiança

Decorado com uma figura humana
e motivos florais.

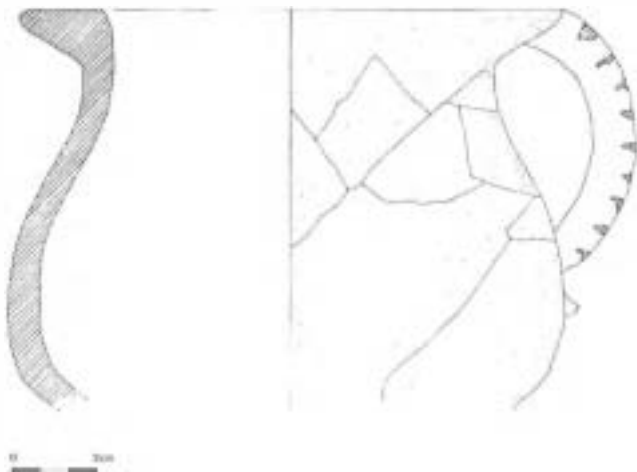
Diâmetro do bordo: 190 mm

Diâmetro do fundo: 170 mm

Altura: 141 mm

Cronologia: Séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 67 c



- ☐ Branco
- ☐ Azul claro
- ☒ Azul escuro
- ☐ Vinhático

51 PRATO

Porcelana decorada a azul cobalto sob o vidrado, com motivos florais.

Fabrico: China

Diâmetro do bordo: 217 mm

Diâmetro da base: 123 mm

Altura: 40 mm

Cronologia: Dinastia Qing, reinado de Kangxi (1662 – 1722)

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/23 p

52 PRATO PEQUENO

Porcelana decorada a azul cobalto sob o vidrado, com motivo estelizado e ramos floridos.

Fabrico: China

Diâmetro do bordo: 134 mm

Diâmetro do fundo: 79 mm

Altura: 23 mm

Cronologia: Dinastia Qing, reinado de Kangxi (1662 – 1722)

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/24 p

53 TAÇA

Porcelana decorada a azul cobalto sob o vidrado; no exterior, com ramo e enrolamento de lotus e uma cercadura de lotus. Medalhão com ramo de lotus.

Marca apógrafa: «Da Ming Chenghua nian zhi» (feito no período Chenghua da grande dinastia Ming), dentro de um duplo círculo.

Paralelo: No Top Kapi Saray Museum, Istambul

Fabrico: China

Diâmetro do bordo: 163 mm

Diâmetro da base: 62 mm

Altura: 82 mm

Cronologia: De meados para finais do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 25 p

54 TAÇA PEQUENA

Porcelana decorada a azul cobalto sob vidrado, com crianças brincando.

Fabrico: China

Diâmetro do bordo: 85 mm

Diâmetro do fundo: 37 mm

Altura: 60 mm

Cronologia: Meados do séc. XVII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/26 p

55 CANECA PORTUGUESA

Vidro gravado, decorado
com motivos florais.

Diâmetro do bordo: 78 mm

Diâmetro do fundo: 69 mm

Altura: 161 mm

Espessura das paredes: 3 mm

Cronologia: Finais do séc. XVII –
primeiro quartel do séc. XVIII

Inv. n.º MC.ARQ/C13.52/ 6 v





56 GARRAFA (CONJUNTO DE TRÊS)

Vidro

Garrafas de vidro verde escuro; duas de bojo esférico e baixo e uma de bojo achatado.

Fabrico: Provavelmente Inglês

Diâmetro do fundo: 114 mm;
120 mm; 70 mm

Altura: 160 mm; 155 mm; 155 mm

Cronologia: Último quartel do séc.
XVII – 1º quartel do séc. XVIII

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/39 v; 40 v; 200 v



57 COPOS

Vidro

Copos de pé, com corpos troncocónicos, de paredes finas; um deles apresenta pé em botão.

Fabrico: Lisboa (?)

Diâmetro do bordo: 71 mm; 114 mm

Diâmetro do fundo: 72 mm; 113 mm

Altura: 142 mm

Cronologia: Séc. XVI (ou de provável tradição quinhentista)

Inv. n.º MC.ARQ/ CB.82/ 3 v; 5 v

58 UNGUENTÁRIO

Vidro

Diâmetro do bordo: 8 mm

Altura: 102 mm

Cronologia: 2ª metade do séc. XVII
– 1º quartel do séc. XVIII

Inv. n.º MC.ARQ/ CI3.82/ 16 v





SOBREVIVÊNCIA E REABILITAÇÃO

59 CARIMBO

Borracha, com a inscrição «Génova», invertida.

Comprimento: 130 mm

Largura: 42 mm

Espessura: 7 mm

Cronologia: Séc. XIX – XX

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/1 b

60 CARACTERES E ELEMENTOS TIPOGRÁFICOS

Cronologia: 1.ª metade do séc. XX

Inv. n.º MC.ARQ/CB.82/1 (...) m

61 RECORTE DE JORNAL de 27 Fevereiro de 1982

62 CATÁLOGO DA XVII EXPOSIÇÃO EUROPEIA DE ARTE, CIÊNCIA E CULTURA, 1983

63 RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DA CNCDP



Fontes e Bibliografia

Arquivo Municipal de Lisboa

Foros, Freguesia da Sé, [Pasta 17/31]. Pasta 189 [cota provisória], Maço n.º 3.

Foros, Freguesia da Sé, [Pasta 17/32], Pasta 184 [cota provisória], Maço s/ n.º ("Auto de petição de Dom Afonso de Albuquerque [...]").

Obra N.º 25744 (Rua dos Bacalhoiros, 10 a 10f; Rua Afonso de Albuquerque, 9 e 11).

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo

Chancelaria de D. João I, L.º 3, f. 87.

Chancelaria de D. Afonso V, L.º 15, f. 154v.

Leitura Nova, Odiana, L.º 8, ff. 55-56v.

Registos Paroquiais, Lisboa, Freguesia da Sé, Mistos, L.º 4, ff. 40v-41.

AMARO, Clementino, "Casa dos Bicos", in: SANTANA, Francisco, e LUCENA, Eduardo (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, [Carlos Quintas e Associados - Consultores, Lda.], 1994.

AMARO, Clementino, "Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica", *Arqueologia*, n.º 6, Porto, Universidade do Porto, 1982.

AMARO, Clementino, "A indústria de salga de peixe na Baixa de Lisboa", *Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

AMARO, Clementino, "Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios - Exemplo de sítio arqueológico musealizado na baixa pombalina", *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1999, vol. 17.

AMARO, Clementino, CAETANO, Maria Teresa, "Breve Nota sobre o Complexo Fabril Romano da Rua Augusta (Lisboa)", *Conimbriga*, n.º XXXII-XXXIII, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994.

ARRUDA, Ana Margarida, FREITAS, Vera Teixeira, e VALLEJO SANCHEZ, Juan I., "As Cerâmicas Cinzentas da Sé de Lisboa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000.

AUGUSTO, José Manuel Lopes, *Casa dos Bicos*, O espelho da história de uma cidade, [Lisboa], Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, [1996].

BAILEY, D.M., *A catalogue of the Lamps in the British Museum*, "Roman Lamps made in Italy", Londres, BMP, 1980, n.º 2.

CARITA, Hélder, CONCEIÇÃO, João Paulo, e PIMENTEL, Miguel, *Elementos para um Estudo da Casa dos Bicos*, Lisboa, Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983.

CASTELO-BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, [1ª ed., 1956] 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, [1990].

CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

CUSTÓDIO, Jorge, *A Real Fábrica de Vidros de Coima (1719-1747) e o Vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, IPPAR, 2002 ("Cadernos", n.º 5).

FABIÃO, Carlos, "Mundo Indígena e a sua Romanização do território hoje português", Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, [1ª ed. 1938], Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1989-1990, 12 vol.

FERNANDES, Lúcia, "Elementos Arquitectónicos de Época Romana da Casa dos Bicos - Lisboa", *Conimbriga*, n.º XXXVIII, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1999.

- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, [1ª ed., 1899-1905] 3ª ed., [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [1996], 3 vol.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. 4º, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874.
- Lisboa Subterrânea*, Milão, Lisboa 94 e Electa, 1994.
- LOURENÇO, Ana Cristina, e JANEIRO, Helena Pinto, *Lisboa, freguesia da Sé*, [Lisboa], Contexto, Editora, Lda., [1992] ("Guias Contexto", 17).
- MACEDO, Luiz Pastor de, *Lisboa de léis*, [1ª ed. 1940], 3ª ed., Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1981-1985, 5 vol.
- MANTAS, Vasco Gil, "A Rede Viária Romana da Faixa Atlântica Entre Lisboa e Braga", Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996.
- MOITA, Irisalva, "A Casa dos Bicos – O Sítio e o Edifício", *Revista Municipal*, Nova Série, n.ºs 18 e 19, Lisboa, Câmara Municipal, 1986-1987.
- MORGAN, Roy, *Sealed Bottles. Their History and Evolution (1630-1930)*, Burton-on-Trent, Midlands Antique Bottle Publishing, S/d.
- Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Actas, Lisboa, Dom Quixote, 1996.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551*, Sumário, Apresent. José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- PEREIRA, Paulo, "A conjuntura artística e as mudanças de gosto", in: MAGALHÃES, Joaquim Romero (dir.), *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, [Lisboa], Círculo de Leitores, [1993] ("História de Portugal", vol. III).
- PEREIRA, Paulo, *Lisboa Manuelina*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1994.
- PEREIRA, Paulo, *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1990.
- Portugal Islâmico*, Os últimos sinais do Mediterrâneo, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998.
- Portugal Romano*, A Exploração dos Recursos Naturais, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1997.
- RIBEIRO, Victor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, S/d., 1902 ("História e memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa", nova série, 2.ª classe, t. 9, parte 2).
- SANTANA, Francisco, *Lisboa na 2.ª metade do séc. XVIII* (Plantas e descrições das suas freguesias), Lisboa, Câmara Municipal, S/d.
- SARTI, Raffaella, *Casa e família*. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna, [1ª ed. orig., 1999], Trad. Isabel Teresa Santos, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.
- SERRÃO, Vitor, "Lisboa Maneirista, oito notas a propósito da imagem da cidade nos anos 1557-1668", in: *Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- SILVA, Augusto Vieira da, *A Cêrca Moura de Lisboa*, Estudo histórico descritivo, [1ª ed., 1899], 3ª ed., Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1987.
- SILVA, Augusto Vieira da, "Iconografia de Lisboa", in: *Dispersos*, [1ª ed., 1954] 2ª ed., Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1968, vol. I.
- SILVA, Augusto Vieira da, *As Murallas da Ribeirade Lisboa*, [1ª ed., 1900], 3ª ed., Lisboa, Publicações da Câmara Municipal, 1987, 2 vol.

